

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 27/2020-PGJ, DE 15 DE MAIO DE 2020.**

*Dispõe sobre a criação do Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual ao trabalho presencial, prorroga o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), bem como institui o Regime de Expediente Excepcional (REE) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 318, de 07 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que prorroga no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções nº 313, de 19 de março de 2020, e nº 314, de 20 de abril de 2020, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria CNMP-PRESI nº 48, de 19 de março de 2020; a Portaria CNMP-PRESI nº 69, de 5 de maio de 2020, e a Portaria CNMP-SG nº 148, de 30 de abril de 2020, oriundas do Conselho Nacional do Ministério Público que estabelecem diretrizes funcionais e de conduta como medidas de emergência para prevenção do contágio pelo COVID-19;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, havendo a necessidade de se assegurar condições para continuidade de suas atividades, compatibilizando-as com a preservação da saúde de membros, servidores, advogados e usuários em geral;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.750, de 29 de abril de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que institui o Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual ao trabalho presencial no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, ante a pandemia do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.756, de 08 de maio de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que prorroga prazos da Portaria nº 1.746, de 24 de abril de 2020, referente ao Regime de Plantão Extraordinário, na forma da Resolução nº. 318, de 7 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido em conformidade com a Resolução nº 007/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, prorrogado pelas Portarias nº 1217/2020-PGJ e nº 1325/2020-PGJ, respectivamente de 13 e 24 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer nova regulamentação para o funcionamento e a prestação dos serviços pelo Ministério Público Estadual, de forma gradual, para assegurar efetividade no atendimento à sociedade sul-mato-grossense e de minimizar o risco de transmissão do COVID-19;

CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Biossegurança do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental;

CONSIDERANDO que o Plano de Biossegurança do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul também foi recomendado pelo Centro de Operações de Emergências da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul;

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir, em caráter excepcional e temporário, o Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual do trabalho presencial no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Art. 2º O Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual do trabalho presencial no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) será presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, secretariado pela Secretária-

Geral do MPMS, e também composto pelos seguintes integrantes:

- I – Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico;
- II – Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo;
- III – Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional;
- IV – Corregedor-Geral do MPMS;
- V – Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
- VI – Assessores Especiais do Procurador-Geral de Justiça;
- VII – Assessores Especiais do Corregedor-Geral do MPMS;
- VIII – Membros da Força-Tarefa COVID-19 do MPMS;
- IX – Coordenador-Geral e Coordenadora-Adjunta do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GAEDS;
- X – Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco);
- XI – Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP);
- XII – Assessor Militar Coordenador do Setor de Segurança e Apoio Técnico Operacional.

Parágrafo único. Poderão ser convidados como integrantes eventuais, outros membros do Ministério Público.

Art. 3º O Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido em conformidade com a Resolução nº 007/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, fica prorrogado até o dia 31 de maio de 2020, naquilo que for compatível com a presente Resolução, podendo ser alterado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º Como medida de prevenção ao contágio pelo COVID-19, fica instituído, a partir do dia 18 de maio de 2020, o Regime de Expediente Excepcional (REE), durante o qual o horário de funcionamento será de 12h às 19h, nos dias úteis, para assegurar a execução de serviços internos urgentes e essenciais de forma presencial.

Art. 5º Durante a vigência do Regime de Expediente Excepcional (REE) fica facultado aos membros do Ministério Público o comparecimento presencial nas sedes da Instituição e de, no máximo, um servidor efetivo ou assessor por cada Promotoria ou Procuradoria de Justiça.

§ 1º. Os membros que aderirem ao trabalho presencial em Regime de Expediente Excepcional (REE) deverão comunicar tal fato à Secretaria-Geral, indicando o nome do servidor ou assessor designado para acompanhamento, permitindo-se, neste último caso, escala mediante rodízio.

§ 2º. Os membros e servidores que optarem pelo Regime de Expediente Excepcional (REE) e que possuam filhos ou pessoas sob sua guarda em idade escolar, enquanto não retomadas as aulas presenciais na educação infantil, ensinos fundamental e médio, na rede pública e privada, e as demandas atinentes à preservação da saúde das gestantes, das lactantes e daqueles que se encontram no grupo de risco ou que convivem com pessoas que nele figuram, poderão requerer, justificadamente, a compatibilização do horário de trabalho.

Art. 6º Durante a vigência do Regime de Expediente Excepcional (REE), os membros e servidores presentes nas sedes do Ministério Público Estadual deverão observar as disposições do Plano de Biossegurança do MPMS, que fica aprovado nos termos do Anexo Único desta Resolução, inclusive no que se refere à eventual ocorrência de “lockdown” decretado pelos Municípios.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 15 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO



**Gestão 2020-2022****ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA**

Procurador-Geral de Justiça

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

**MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**ANTÔNIO SIUFI NETO**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**FRANCISCO NEVES JUNIOR**

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência

**PAULO ROBERTO GONÇALVES ISHIKAWA**

Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

**BIANKA KARINA BARROS DA COSTA**

Secretária-Geral do Ministério Público

**Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça**

Ana Lara Camargo de Castro  
Camila Augusta Calarge Doreto  
Ludmila de Paula Castro Silva  
Paulo Cesar Zeni  
Ricardo de Melo Alves

**Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público**

Jiskia Sandri Trentin  
Reynaldo Hilst Mattar

**Grupo de Atuação Especial da Saúde – Coordenação Adjunta**

Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

**Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco-MPMS)**

Cristiane Mourão Leal Santos

**Força-Tarefa contra a pandemia de COVID-19 - MPMS**

Ana Cristina Carneiro Dias  
Fabio Ianni Goldfinger  
Fabrícia Barbosa Lima  
Fabricio Proença de Azambuja  
Fernando Martins Zaupa  
Luciana do Amaral Rabelo  
Luciano Furtado Loubet  
Moisés Casarotto  
Renata Ruth Fernandes Goya Marinho

**Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público**

Romão Ávila Milhan Junior

## 1. APRESENTAÇÃO

Este Plano de Biossegurança estabelece medidas voltadas para ações de prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades meio e fim desenvolvidas por membros, servidores, estagiários, menores aprendizes, terceirizados, prestadores de serviço e cidadãos em geral que necessitem de atendimento no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, durante a Pandemia da Covid 19.

## 2. DO OBJETIVO

O Plano de Biossegurança do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul objetiva, primeiramente, a preservação das vidas, visando conciliar o retorno de algumas atividades presenciais da Instituição, e a prevenção à disseminação do novo coronavírus. A biossegurança é o conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades desenvolvidas no âmbito do MPMS, sejam atividades da área meio e área fim, uma vez que o atendimento à população, principalmente nesse momento crítico, para os casos emergenciais, é imprescindível.

O MPMS garantirá o controle e a segurança no processo de retorno gradual às atividades presenciais, conforme Resolução expedida pelo Procurador-Geral de Justiça.

## 3. DAS DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES

O Plano de Biossegurança do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul apresenta diretrizes e orientações para o funcionamento e desenvolvimento das atividades presenciais no MPMS que não possam permanecer sem realização, mesmo durante o período de pandemia.

As diretrizes e orientações são organizadas por etapas, considerando a evolução da Pandemia da Covid-19 nos municípios, nas regiões de Mato Grosso do Sul e no Brasil ao longo do ano, a capacidade hospitalar instalada, a preservação permanente de grupos de risco e as orientações emanadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Secretaria Estadual de Saúde, e Secretarias Municipais de Saúde dos municípios, que são atualizados de acordo com o avanço da doença no País e mudanças no cenário epidemiológico.

## 4. DAS RESPONSABILIDADES

A biossegurança é de responsabilidade individual e coletiva. O MPMS apresenta o presente Plano de Biossegurança com orientações gerais a membros, servidores, terceirizados, colaboradores e sociedade.

O Comitê de Análise das Condições para retorno gradual ao trabalho presencial será responsável pela eventual adequação do Plano de Biossegurança sempre que houver necessidade.

## 5. DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO OBRIGATÓRIOS e OUTRAS MEDIDAS DESTINADAS AOS SERVIDORES E MEMBROS QUE ESTIVEREM EM TRABALHO PRESENCIAL.

Durante o período da pandemia, deverão ser observadas as recomendações da OMS e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/ OMS) em relação ao distanciamento social, proteção individual e coletiva, medidas de higiene e, notadamente:

1. Utilizar obrigatoriamente máscaras no âmbito das instalações do MPMS e durante a utilização dos veículos oficiais do MPMS. Em caso de utilização de máscara descartável, esta deverá ser substituída após o decurso de no máximo 3 (três) horas ou se eventualmente ficar úmida;
2. A máscara utilizada deverá ser envolvida e fechada em saco plástico antes de seu descarte em lixeira impermeável do tipo pedal localizadas em ponto estratégico em cada sede do MPMS para o correto descarte;
3. Antes de retirar a máscara o usuário deverá higienizar as mãos com água e sabão ou utilizar álcool gel 70%, adotando o mesmo procedimento após a retirada da máscara;
4. Realizar a higiene das mãos com água e sabonete líquido ou álcool gel a 70%, frequentemente;
5. Se tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com cotovelo flexionado ou lenço de papel, realizando a higiene das mãos;
6. Utilizar lenço descartável para higiene nasal, com descarte em local adequado e subsequente higiene das mãos;
7. Evitar tocar nos olhos, no nariz e na boca;
8. Obedecer a regra de no máximo 30% (trinta por cento) de ocupação por ambiente de trabalho;
9. Manter pelo menos um metro e meio de distância entre as pessoas;
10. Não cumprimentar outras pessoas com aperto de mãos, abraços ou beijos;
11. Não compartilhar objetos pessoais;
12. Procurar atendimento médico se tiver febre, tosse e dificuldade em respirar;

13. Eventos e reuniões de trabalho deverão, preferencialmente, serem realizados em ambiente virtual;
14. É proibida a venda de gêneros alimentícios no âmbito das sedes do MPMS;
15. É proibida a disponibilização de garrafas de café nos ambientes de uso comum dos prédios do MPMS;
16. Deverá ser aumentada a frequência de higienização de superfícies, devendo cada Unidade Ministerial proceder orientação neste sentido à equipe de limpeza. As medidas relativas às Promotorias de Justiça instaladas dentro dos fóruns deverão estar alinhadas junto à administração local do TJMS quanto a limpeza do ambiente utilizado pelo Ministério Público;
17. Seguir todas as instruções da autoridade sanitária nacional ou local;
18. Manter disponível na área externa, em local, visível, o número de contato telefônico, endereço eletrônico (e-mail) e demais canais de atendimento remoto, pelos quais o cidadão terá acesso ao atendimento remoto;

A Assessoria de Comunicação do MPMS promoverá campanhas específicas e permanentes para divulgar informações acerca da Covid-19 e das medidas de prevenção.

É obrigatório o uso de máscaras pelos terceirizados em serviços contínuos, devendo as empresas de terceirização que prestam serviços ao MPMS orientar e conscientizar seus colaboradores sobre os processos de higienização correta das mãos, calçados e utilização de equipamentos de EPIs. É de responsabilidade das empresas contratadas fornecer máscaras e equipamentos de EPIs, sendo o MPMS responsável pela fiscalização da entrega e uso da máscara e demais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

O colaborador poderá optar por usar modelo de sua preferência (cirúrgicas descartáveis, com filtro, e de pano), quando autorizado pela empresa contratada, conforme orientações da OMS e Ministério da Saúde.

## **6. DO GRUPO DE RISCO.**

É recomendado que os membros e servidores considerados grupo de risco não retornem ao trabalho presencial, devendo continuar a exercerem suas atividades na modalidade de teletrabalho.

Serão considerados pertencentes ao grupo de risco os membros, servidores e estagiários que estiverem em alguma das seguintes situações:

1. Forem portadores de doenças crônicas, devidamente comprovadas por atestados médicos;
2. Estiverem gestantes;
3. Tiverem filhos menores de 1 (um) ano ou coabitarem com idosos com doenças crônicas ou pessoas em situação imunossuprimidas; e
4. Forem maiores de 60 (sessenta) anos.

## **7. DO DEVER DE COMUNICAÇÃO EM CASO DE APRESENTAÇÃO DE SINTOMAS, CONTATOS COM PESSOAS QUE JÁ TENHAM CONFIRMAÇÃO DA DOENÇA OU VIAGEM PARA LOCAL COM ALTO NÚMERO DE CONTAMINADOS.**

Em caso de suspeita ou confirmação de COVID-19, os membros, servidores, estagiários, menores aprendizes deverão deixar imediatamente de comparecer à Unidade do Ministério Público Estadual, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, informando prontamente a situação, respectivamente ao Procurador-Geral de Justiça, Procuradora Geral de Justiça Administrativa, Gestão de Estagiários de Direito e Secretaria-Geral.

Do mesmo modo, torna-se obrigatório que todos os membros, servidores, estagiários e terceirizados comuniquem eventual contato com pessoas que tenham tido confirmação da doença COVID-19 ou que tenham realizado viagens para regiões com alto índice de casos confirmados e suspeitos, para que seja avaliado o seu imediato afastamento das atividades presenciais.

## **8. DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO – MANUTENÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE ATENDIMENTO.**

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, havendo a necessidade de se assegurar condições para a continuidade de suas atividades, compatibilizando-as com a preservação da saúde de membros, servidores, advogados e usuários em geral, cujo atendimento à população em geral não poderá ser descontinuado, em razão de sua essencialidade.

Ficam suspensos o atendimento e a prática de atos que envolvam a presença de público externo nas sedes do Ministério Público durante a pandemia da COVID-19, ressalvados os casos urgentes e de relevante interesse público, que serão atendidos nos dias úteis, no período das 12h às 19h, preferencialmente por meio eletrônico ou por telefone, sem prejuízo dos demais canais de comunicação disponíveis no sítio eletrônico do MPMS.

Se houver necessidade de comparecimento do interessado em qualquer prédio do Ministério Público Estadual, devido à gravidade do assunto e da providência requerida, o atendimento será agendado previamente, procedendo-se

escala de atendimento individualizado, evitando contatos e aglomeração de pessoas.

Desse modo, somente os atendimentos emergenciais, as perícias, as vistorias, e atendimentos psicossociais que envolvam casos urgentes serão realizados, a fim de instruir procedimentos e dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do MPMS, inclusive pelo DAEX e outros Órgãos, mantendo-se todos os protocolos de segurança sanitária.

Para estas atividades, as seguintes ações sanitárias serão adotadas:

1. Será disponibilizado 01 (um) termômetro digital para cada sede do MPMS, sendo que a aferição ficará de responsabilidade da recepcionista do prédio, devendo ser impedido o acesso de pessoa em estado febril – acima de 37,8, hipótese em que será também orientado a comparecer imediatamente a uma unidade de saúde;
2. É obrigatório o uso de máscaras no âmbito do MPMS pelos visitantes e público externo. O MPMS será responsável pela fiscalização e disponibilizará o acessório caso o visitante não o tenha. Não será permitida a entrada de pessoas sem a utilização de máscaras ou que apresente sintomas relacionados à COVID-19;
3. Será disponibilizado álcool 70% em todas as recepções do MPMS, bem como para todos os Órgãos da Instituição;
4. Cada sede ministerial procederá sinalização com a demarcação de distância na recepção da unidade, respeitando o distanciamento social de 1,5m (um metro e meio) entre cadeiras e filas para atendimento;
5. Serão mantidos ventilados os ambientes, permanecendo portas e janelas abertas preferencialmente;
6. Serão instalados *dispenser's* de álcool em gel em todos os elevadores (na área e interna e externa do equipamento) do MPMS;
7. A ocupação nos elevadores do MPMS deverá ser reduzida à 30% (trinta por cento) da sua capacidade total.

## 9. DO USO DE VEÍCULOS E VIAGENS

Fica autorizado o uso dos veículos oficiais somente para serviços essenciais e emergenciais, inclusive viagens, sendo da responsabilidade de cada sede ministerial orientar os usuários quanto à quantidade máxima de pessoas por veículo, devendo, obrigatoriamente, ser respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da capacidade.

O uso do veículo deverá ser feito com as janelas abertas em caso de ocupação por mais de uma pessoa; sendo que todos os ocupantes deverão, obrigatoriamente, fazerem uso de máscaras. Também será disponibilizado um frasco de álcool em gel a todos os veículos oficiais do MPMS.

Ficam autorizadas as viagens estritamente necessárias para atendimento de serviços essenciais.

## 10. DA OCORRÊNCIA DE “LOCKDOWN”

Será de responsabilidade de cada Comarca comunicar imediatamente a Administração Superior caso o seu município decreta o estado “lockdown”.

Em sendo decretado o regime “lockdown” deverão membros, servidores, estagiários, menores aprendizes desenvolverem suas atividades obrigatoriamente em regime de teletrabalho.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme avaliação do cenário Estadual da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) foi elaborado o presente Plano de Biossegurança do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o retorno gradual ao trabalho presencial, observando-se todas as medidas necessárias para garantir a saúde e bem-estar social de todos.

Destarte, o MPMS visando cumprir integralmente e de forma eficaz e eficiente todas as funções institucionais, atentando-se à saúde, nesse momento crítico em nível mundial, é necessário o cumprimento das medidas estabelecidas no presente Plano de Biossegurança para o retorno gradual das atividades presenciais.

Por fim, anexo ao Plano de Biossegurança constarão outras diretrizes e orientações que deverão ser observadas para evitar a contaminação por COVID-19.

### ANEXO - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES, DE ACORDO COM AS QUATRO ETAPAS DE PROBABILIDADE DE CONTAMINAÇÃO POR COVID-19, PARA AS ATIVIDADES PRESENCIAIS.

ATIVIDADES/ETAPAS PROBABILIDADE DE DISSEMINAÇÃO POR COVID-19	
Medidas de distanciamento social	
Eventos nas dependências do MPMS	Proibido
Aferição da temperatura	Obrigatório
Locais de maior circulação com marcação de distância	1,5m, no mínimo



Espaços Coletivos, salas de trabalho	Máximo 30% (trinta por cento) de ocupação por ambiente de trabalho.
<b>Medidas de proteção individual</b>	
Uso de máscaras (todos os tipos) - Todos	Obrigatório
Trabalho remoto para servidor em grupo de risco	Compulsório
<b>Medidas de higienização</b>	
Disponibilização de álcool 70% em todos os Órgãos	Obrigatório
Limpeza diária	Obrigatório, sendo higienização dos sanitários e das maçanetas e torneiras, no mínimo, três vezes ao dia.
<b>Comportamento</b>	
Reuniões, eventos em geral,	Proibido onde as medidas de distanciamento não puderem ser obedecidas. Priorizar a realização de reuniões e eventos virtuais
Registro de frequência por biometria	Proibida.
Uso de ar-condicionado	Preferencialmente não utilizar. Portas e janelas deverão permanecer abertas.

**PORTARIA Nº 1725/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1277/2020-PGJ, de 16.4.2020, na parte que alterou as férias do Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro para o período de 15.6 a 3.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1746/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Estabelecer a Escala de Plantão da Procuradoria-Geral de Justiça, integrada pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça, referente ao período de 4.5 a 19.12.2020, nos termos da Resolução nº 34/2016-PGJ, de 11.11.2016, conforme segue:

PERÍODO DE PLANTÃO	MEMBROS	TELEFONE DO PLANTÃO
4 (18h01min) a 11.5.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
11 (18h01min) a 18.5.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
18 (18h01min) a 25.5.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
25.5 (18h01min) a 1º.6.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
1º (18h01min) a 8.6.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
8 (18h01min) a 15.6.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
15 (18h01min) a 22.6.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
22 (18h01min) a 29.6.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
29.6 (18h01min) a 6.7.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
6 (18h01min) a 13.7.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
13 (18h01min) a 20.7.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
20 (18h01min) a 27.7.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
27.7 (18h01min) a 3.8.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
3 (18h01min) a 10.8.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
10 (18h01min) a 17.8.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
17 (18h01min) a 24.8.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
24 (18h01min) a 31.8.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
31.8 (18h01min) a 8.9.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
8 (18h01min) a 14.9.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
14 (18h01min) a 21.9.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
21 (18h01min) a 28.9.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
28.9 (18h01min) a 5.10.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
5 (18h01min) a 13.10.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
13 (18h01min) a 19.10.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
19 (18h01min) a 26.10.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
26.10 (18h01min) a 3.11.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
3 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
9 (18h01min) a 16.11.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
16 (18h01min) a 23.11.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
23 (18h01min) a 30.11.2020 (7h59min)	Humberto de Matos Brittes	99982-9093
30.11 (18h01min) a 7.12.2020 (7h59min)	Nilza Gomes da Silva	98478-2053
7 (18h01min) a 14.12.2020 (7h59min)	Paulo Cezar dos Passos	98478-2435
14 (18h01min) a 19.12.2020 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1741/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 1681/2020-PGJ, de 12.5.2020, que alterou a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta: “Sara Francisco Ricarte”; passe a constar: “Sara Francisco Silva”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1751/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Estabelecer a Escala de Plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, Núcleos de Centro de Apoio Operacional e Gabinete da PGJ: integrada pelos Promotores de Justiça designados para a Assessoria Especial, o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, os Núcleos de Centro de Apoio Operacional, a Secretaria-Geral e a Chefia de Gabinete do PGJ, referente ao período de 4.5 a 19.12.2020, conforme quadro abaixo, nos termos da Resolução nº 34/2016-PGJ, de 11.11.2016, com a redação dada pela Resolução nº 15/2020-PGJ, de 5.5.2020.

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
4 (18h01min) a 11.5.2020 (7h59min)	Antonio André David Medeiros	98478-2407
11 (18h01min) a 18.5.2020 (7h59min)	Antonio André David Medeiros	98478-2407
18 (18h01min) a 25.5.2020 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
25.5 (18h01min) a 1º.6.2020 (7h59min)	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	98478-2407
1º (18h01min) a 8.6.2020 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407
8 (18h01min) a 15.6.2020 (7h59min)	Paulo César Zeni	98478-2407
15 (18h01min) a 22.6.2020 (7h59min)	Ana Lara Camargo de Castro	98478-2407
22 (18h01min) a 29.6.2020 (7h59min)	Ludmila de Paula Castro Silva	98478-2407
29.6 (18h01min) a 6.7.2020 (7h59min)	Luciano Furtado Loubet	98478-1014
6 (18h01min) a 13.7.2020 (7h59min)	Fabírcia Barbosa Lima	98417-4220
13 (18h01min) a 20.7.2020 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
20 (18h01min) a 27.7.2020 (7h59min)	Fernando Martins Zaupa	98478-2335
27.7 (18h01min) a 3.8.2020 (7h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
3 (18h01min) a 10.8.2020 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
10 (18h01min) a 17.8.2020 (7h59min)	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	98478-2407
17 (18h01min) a 24.8.2020 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407
24 (18h01min) a 31.8.2020 (7h59min)	Paulo César Zeni	98478-2407
31.8 (18h01min) a 8.9.2020 (7h59min)	Ludmila de Paula Castro Silva	98478-2407
8 (18h01min) a 14.9.2020 (7h59min)	Luciano Furtado Loubet	98478-1014
14 (18h01min) a 21.9.2020 (7h59min)	Fabírcia Barbosa Lima	98417-4220
21 (18h01min) a 28.9.2020 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
28.9 (18h01min) a 5.10.2020 (7h59min)	Fernando Martins Zaupa	98478-2335
5 (18h01min) a 13.10.2020 (7h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
13 (18h01min) a 19.10.2020 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407
19 (18h01min) a 26.10.2020 (7h59min)	Fernando Martins Zaupa	98478-2335
26.10 (18h01min) a 3.11.2020 (7h59min)	Ludmila de Paula Castro Silva	98478-2407
3 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Fabio Ianni Goldfinger	98136-6388
9 (18h01min) a 16.11.2020 (7h59min)	Paulo César Zeni	98478-2407
16 (18h01min) a 23.11.2020 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407
23 (18h01min) a 30.11.2020 (7h59min)	Ludmila de Paula Castro Silva	98478-2407
30.11 (18h01min) a 7.12.2020 (7h59min)	Fernando Martins Zaupa	98478-2335
7 (18h01min) a 14.12.2020 (7h59min)	Ricardo de Melo Alves	98478-2407
14 (18h01min) a 19.12.2020 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1734/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni o 2º período de férias, que seria usufruído de 1º a 10.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1724/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	2019/2020	20	10 a 29.8.2020
Humberto Lapa Ferri	2019/2020	30	17.4 a 16.5.2020
Paulo Henrique Mendonca de Freitas	2019/2020	30	13.4 a 12.5.2020
Rogério Augusto Calabria de Araujo	2018/2019	30	4.5 a 2.6.2020
Silvio Amaral Nogueira de Lima	2019/2020	30	3.4 a 2.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1737/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, atuando nos feitos extrajudiciais, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 423/2020-PGJ, de 3.2.2020, que designou o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1743/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas sessões da 3ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no dia 15.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1744/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Gevaír Ferreira Lima Junior 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 8.5.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1747/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Altera a Portaria nº 1608/2020-PGJ, de 6.5.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de maio de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
16 e 17.5.2020	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO</b>			
16 e 17.5.2020	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038 99906-0123

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1749/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 11.5.2020, as férias da Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, com as modificações trazidas pelas Portarias nº 4663/2019-PGJ, de 12.12.2019, e nº 954/2020-PGJ, de 12.3.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1731/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1361/2020-PGJ, de 29.4.2020, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de maio de 2020, de forma que, onde consta: “Telefone do plantão – 99129-2433”, passe a constar: “Telefone de plantão – 99312-5218”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1696/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Conceder ao servidor Vítor Avila Barsotti, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Geologia, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a renovação da prestação de suas atribuições fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.4.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1697/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Conceder ao servidor Rafael Cezar Cavaretto, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Biologia, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a renovação da prestação de suas atribuições fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 23.3.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1698/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E:**

Conceder ao servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Engenharia Agrônoma, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a renovação da prestação de suas atribuições fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.4.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1699/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Cenir Teodoro Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista – área de atividade Engenharia Ambiental, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Procuradoria-Geral de Justiça e designada para prestar serviços no Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, a renovação da prestação de suas atribuições fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 1º.4.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13, todos da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3366/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1718/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.4 a 16.6.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1719/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Waleska Pinto Luiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9.5 a 7.7.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, os artigos 31, inciso I, alínea “g”, e 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1720/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Jason Hiroyuki Herai, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.4 a 1º.5.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**PORTARIA Nº 1721/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Angela Teno Ribeiro do Val, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 21.4.2020, nos termos dos artigos 130, inciso III, e 147 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 37, § 2º, do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1722/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR(A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Rony Pedroso Vasques	1º	5.5.2020
Sandra Maria Amâncio de Lima Mariano	5º	30.5.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1738/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Angelo Maia Marcelo Pirani, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 20 a 29.5.2020, em razão de férias da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1739/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Fábio Maick da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais, CIP, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 5 a 24.5.2020, em razão de licença-paternidade do servidor Vagner Marques Mercadante.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**PORTARIA Nº 1740/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 19ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4318/2018-PGJ, de 17.12.2018, que designou a servidora Sirlene Gomes Romeiro Vieira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1726/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 1678/2020-PGJ, de 11.5.2020, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Lailene Couto Penteado, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lailene Couto Penteado	2018/2019	11 a 20.1.2021	12 a 21.7.2021		1º a 10.6.2021

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lailene Couto Penteado	2018/2019	11 a 20.1.2021	12 a 21.7.2021		1º a 10.6.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1727/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 1654/2020-PGJ, de 8.5.2020, de forma que, onde consta “Desirée Oliveira da Silveira”, passe a constar “Denise Oliveira da Silveira Xavier”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1730/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas ao servidor Leonardo Martins Regis por meio da Portaria nº 3545/2020-PGJ, de 25.9.2019, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e tornar sem efeito a Portaria nº 1256/2020-PGJ, de 16.4.2020, na parte que alterou as férias do referido servidor, conforme segue:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Martins Regis	2018/2019	4 a 13.5.2020	16 a 25.9.2020		28.11 a 7.12.2019

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Martins Regis	2018/2019	16 a 25.9.2020	25.11 a 4.12.2020		28.11 a 7.12.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1732/2020-PGJ, DE 14.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Giovanna Bergamo Gomes Morelli por meio da Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e tornar sem efeito a Portaria nº 1256/2020-PGJ, de 16.4.2020, na parte que alterou as férias da referida servidora, conforme segue:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Giovanna Bergamo Gomes Morelli	2018/2019	3 a 22.2.2020	13 a 22.10.2020		

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Giovanna Bergamo Gomes Morelli	2018/2019	3 a 22.2.2020			13 a 22.4.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1742/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Caren Suéli Montagner por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e tornar sem efeito a Portaria nº 1256/2020-PGJ, de 16.4.2020, na parte que alterou as férias da referida servidora, conforme segue:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Caren Suéli Montagner Lago	2018/2019	1º a 10.6.2020	8 a 17.9.2020	3 a 12.11.2020	

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Caren Suéli Montagner Lago	2018/2019	8 a 17.9.2020	3 a 12.11.2020	3 a 12.3.2021	

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1745/2020-PGJ, DE 15.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 1678/2020-PGJ, de 11.5.2020, de forma que, onde consta “Pedro Pires de Medeiros Junior”, passe a constar “Aarão Pedro Pires de Medeiros Junior”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/3707/2019****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a alteração e consequente reabertura da Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 6/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/3707/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público Estadual (Capital e Interior).

- Abertura das propostas: dia 01 de junho de 2020, às 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 18 de maio de 2020 por meio dos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Gestão e Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 06/04/2020:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Emervall Carmona Gomes;
- Gestão e Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 15 de maio de 2020.

**BIANKA KARINA BARROS DA COSTA**

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/PGJ/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.147 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 5 A 11) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo nº PGJ/10/3760/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Luminária de emergência LED, bivolt, temperatura de cor 6500k, 24 a 30 LEDs, 2 modos de iluminação (80 lumens - 6h de autonomia / 120 lumens - 3h de autonomia), bateria de íon lítio. Marcas de referência: Philips, Osram ou Ilumi. Marca: Não registrada.	Unidade	100	Não registrado
2	Refletor de Led 120W ou inferior, com fluxo luminoso igual ou superior à 9500 lumens, bivolt, blindado com isolamento IP 66 ou superior, corpo em alumínio e vidro temperado, ângulo 120°, parafuso em aço inox, cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil superior a 20.000 horas. Marcas de referência: Philips, Osram, Kian ou Luke. Marca: Luke.	Unidade	50	217,00
3	Luminária de Sobrepor com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo “bat wing”; rendimento mínimo de 75%. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Abalux.	Unidade	100	91,00
4	Luminária de Sobrepor com capacidade para quatro lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 600 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo “bat wing”; rendimento mínimo de 75%. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Abalux.	Unidade	50	132,00
5	Luminária de Sobrepor com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 600 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo “bat wing”; rendimento mínimo de 75%. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Abalux.	Unidade	50	69,00
6	Luminária de Sobrepor com capacidade para quatro lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em chapa de aço, com pintura com tinta pó poliéster de alta resistência na cor branca microtexturizada. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Abalux.	Unidade	20	198,00
7	Luminária tartaruga pirâmide, marca Germany, modelo 5100, cor preta. (seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MPE/MS). Marca: Germany.	Unidade	100	61,50
8	Luminária externa arandela, branca, triangular, com corpo em alumínio anodizado, com vidro jateado, com soquete E27, dimensões aproximadas	Unidade	50	Não registrado

	23cm x 12 cm x 9cm (admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos). Marcas de referência: Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Não registrada.			
9	Luminária de Sobrepor Blindada com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em plástico e com difusor em policarbonato, cor branca, IP 65. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Não registrada.	Unidade	20	Não registrado
11	Eletroduto corrugado flexível de PVC Antichama de 1". Diâmetro externo de 32 mm. Resistência diametral de até 750N/5cm (resistência média), cor laranja. Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Rolo de 25m. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Fortlev. Marca: Tigre.	Metro	50	64,50
12	Eletroduto dupla parede corrugado preto de PEAD Antichama de 2". Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Marca: Plastibras.	Metro	100	2,50
13	Eletroduto dupla parede corrugado preto de PEAD Antichama de 3". Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Marca: Plastibras.	Metro	100	4,00
14	Soquete E-27 de louça. Marca: Decorlux.	Unidade	100	1,49
15	Soquete E-40 de louça. Marca: Decorlux.	Unidade	50	5,50
17	Tampa de ferro fundido reforçada 40X40cm, com os dizeres gravados: "ELÉTRICA", articulada, com moldura (base com chumbador). Fabricada em ferro nodular. Marca: Femar.	Unidade	50	61,50
19	Terminal para Compressão 6mm, tipo pino, fabricado em cobre e estanho, resistente à corrosão, vigia no barril para verificação de inserção de cabo. Marca: Lukma.	Unidade	1000	0,49
20	Terminal para Compressão 6mm, tipo olhal, fabricado em cobre e estanho, resistente à corrosão, vigia no barril para verificação de inserção de cabo. Marca: Lukma.	Unidade	300	0,44
21	Terminal para Compressão 16mm, tipo olhal, fabricado em cobre e estanho, resistente à corrosão, vigia no barril para verificação de inserção de cabo. Marca: Lukma.	Unidade	100	1,15
22	Terminal para Compressão 16mm, tipo pino, fabricado em cobre e estanho, resistente à corrosão, vigia no barril para verificação de inserção de cabo. Marca: Não registrada.	Unidade	100	Não registrado
23	Caixa de passagem de concreto 60cm x 60cm x 60cm sem tampa (medidas internas). Marca: Não registrada.	Unidade	30	Não registrado
24	Caixa de passagem de concreto 40cm x 40cm x 40cm sem tampa (medidas internas). Marca: Lajes MS.	Unidade	50	41,00
25	Caixa de passagem (caixa de luz) 4x2 fabricada em PVC antichama, com entradas superior, inferior e laterais, com capacidade para atender eletrodutos com de 1" (dn 32mm), cor amarela, com reforço nas bordas e orelhas para instalar parafusos resistentes, IP40, conforme norma NBR 5410 e NBR 15465. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Legrand. Marca: Legrand.	Unidade	200	0,89
26	Caixa de passagem (caixa de luz) 4x4 fabricada em PVC antichama, com entradas superior, inferior e laterais, com capacidade para atender eletrodutos com de 1" (dn 32mm), cor amarela, com reforço nas bordas e orelhas para instalar parafusos resistentes, IP40, conforme norma NBR 5410 e NBR 15465. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Legrand. Marca: Legrand.	Unidade	100	1,25
27	Caixa de passagem (caixa de luz) para parede de drywall 4x2 fabricada em PVC antichama, com entradas superior, inferior e laterais, com capacidade para atender eletrodutos com de 1" (dn 32mm), cor amarela, com reforço nas bordas e orelhas para instalar parafusos resistentes, IP40, conforme norma NBR 5410 e NBR 15465. Marcas de Referência Tigre, Amanco ou Legrand. Marca: Legrand.	Unidade	100	2,70
28	Caixa de passagem (caixa de luz) para parede de drywall 4x4 fabricada em PVC antichama, com entradas superior, inferior e laterais, com capacidade para atender eletrodutos com de 1" (dn 32mm), cor amarela, com reforço nas bordas e orelhas para instalar parafusos resistentes, IP40, conforme norma NBR 5410 e NBR 15465. Marcas de Referência Tigre, Amanco ou Legrand. Marca: Legrand.	Unidade	50	4,60
29	Passa Fios fabricado em Polipropileno com alma de Aço. Rolo de 20m. Marca: Interneed.	Unidade	15	13,00
30	Plug macho 10A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Tramontina.	Unidade	30	3,49

31	Plug macho 20A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Tramontina.	Unidade	30	4,90
32	Plug Fêmea 10A 2P+T, preto, reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Tramontina.	Unidade	30	5,90
33	Plug Fêmea 20A 2P+T, preto, reto. Plug macho 10A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Não registrada.	Unidade	30	Não registrado
35	Quadro para distribuição para telefonia 400x400x150mm, com fundo de madeira com Bloco M10 tipo barga e o bastidor metal para bloco M10. Marca: Lukbox.	Unidade	10	82,00
36	Cabo telefônico externo CTP APL 10 pares, fios 24 AWG, conforme Norma STD 235-320-701 e NBR 9124. Marca: GP Cabos.	Metro	100	3,39
38	Tampa 4x2 para 1 módulo vertical, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	500	2,23
41	Tampa 4x4 para 4 módulos separados, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	300	5,90
42	Caixa de passagem (caixa de luz) de sobrepor 4x2 fabricada em PVC antichama, fixação em 5 pontos, cor branca, IP40, conforme norma NBR 5410 e NBR IEC 60670. Marca: Ilumi.	Unidade	500	2,50
43	Módulo tomada 10A 2P+T, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	1500	6,00
44	Módulo tomada 20A 2P+T, vermelho, linha Zeffia. Marca Legrand, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	500	8,00
45	Miolo interruptor bipolar de 25A, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
46	Abraçadeira de Nylon de 150 mm comprimento e 3 mm de largura. Cor Branca. Pacote de 100 unidades. Marcas de referência: Hellermann Tyton, Vonder ou Jomarca. Marca: Vonder.	Pacote	20	10,10
47	Abraçadeira de Nylon de 300 mm comprimento e 4,8 mm de largura. Cor branca. Pacote de 100 unidades. Marcas de referência: Hellermann Tyton, Vonder ou Jomarca. Marca: Não registrada.	Pacote	20	Não registrado
48	Estanho para Solda. Proporção Sn x Pb de 60x40. Diâmetro do fio de 1,5 mm. Carretel 500g. Marca: Best.	Unidade	50	72,00
49	Tubo (espaguete) termorretrátil 6 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	100	1,20
50	Tubo (espaguete) termorretrátil 12 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	100	1,20
51	Tubo (espaguete) termorretrátil 18 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	50	3,40
52	Tubo (espaguete) termorretrátil 30 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	20	5,80
53	Módulo interruptor simples de 25A, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	300	4,60
54	Módulo interruptor paralelo de 25A, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	100	6,50
57	Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Qualitronix.	Unidade	50	10,00
58	Spray limpa contato. Não inflamável. Embalagem 300 ml. Em	Frasco	10	11,00



	conformidade com a norma MIL-PRF 29608A. Validade mínima de 12 (doze) meses. Marca: Tek Bond.			
59	Tomada sistema x 2P+T 10A 250V, completa (tomada, caixa e espelho), em conformidade com a NBR14136. Marca: Ilumi.	Unidade	200	4,90
60	Tomada sistema x 2P+T 20A 250V, completa (tomada, caixa e espelho), em conformidade com a NBR14136. Marca: Ilumi.	Unidade	150	5,60
61	Caixa de sobrepor 3x3 completa, com espelho 2 saídas RJ45/RJ11. Marca: Sollan.	Unidade	100	4,50
63	Canaleta de piso, cor cinza, 4 compartimentos, dimensões 92mm x 20mm ou 90mm x 19mm, índice de proteção IP40 / IK08. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
64	Conjunto de tomada, 2 x RJ45 cat 6, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a Norma ISO 11801 e EIA / TIA 568-A. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, Furukawa, Romazi ou WEG. Marca: Furukawa.	Unidade	500	40,00
67	Terminal de pino, pré-isolado, para condutor de 4 a 6 mm <sup>2</sup> . Comprimento do pino: 10 mm. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Lukma.	Unidade	300	0,55
68	Luminária de emergência 30 LEDs, bivolt, potência entre 1,8 W e 2 W, com acendimento automático na falta de energia elétrica, baixa emissão de calor, cor branca. Com duas opções de intensidade (mínimo e máximo), trava antifurto e bateria de lítio recarregável. Fluxo luminoso mínimo entre 55 e 80 lumens e máximo entre 100 e 150 lumens. Autonomia mínima de 6 h em fluxo mínimo e 3 h em fluxo máximo, temperatura de cor branca fria (6000 K ou superior). Fornecido com kit de instalação contendo parafusos e buchas. Marcas de Referência: Decorlux, Intelbras ou Elgin. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Intelbras.	Unidade	300	16,90
69	Eletroduto corrugado DN 25 - Ref. 3/4". Fabricado em PVC antichama, com baixo coeficiente de atrito, cor amarela. Resistência diametral de carga equivalente a 320N/5cm. Atendendo aos padrões da norma ABNT NBR 15465. Bobina com 50 metros. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Quimiplast.	Unidade	20	41,00
70	Eletroduto corrugado DN 32 - Ref. 1". Fabricado em PVC antichama, com baixo coeficiente de atrito, cor amarela. Resistência diametral de carga equivalente a 320N/5cm. Atendendo aos padrões da norma ABNT NBR 15465. Bobina com 25 metros. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Quimiplast.	Unidade	20	29,80
73	Módulo de tomada 2P+T, 10 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4 m, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Legrand.	Unidade	300	12,00
75	Estanho em fio para solda, diâmetro 1 mm, composição: 60 x 40. Carretel com 500 g. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Best.	Unidade	50	90,00
76	Passa fio em polipropileno com alma de aço, frisado e guia com mola na ponta. Comprimento: 20 metros. Indicado para passagem de fios e cabos em instalações elétricas e telefonia. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Interneed.	Unidade	10	13,00
78	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 0,6/1,0kV, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 16 mm <sup>2</sup> . Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Metro	1000	6,40
79	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm <sup>2</sup> . Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	10	388,00
80	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime	Unidade	10	388,00



	permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.			
81	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	10	388,00
82	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 10 mm². Rolo de 100 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	10	388,00
87	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	100	150,00
88	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	100	150,00
89	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	100	150,00
90	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 4 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	100	150,00
95	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 1,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	30	57,90
96	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Branco, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 1,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Corfio.	Unidade	30	57,90
100	Canaleta, PVC, 20mm x 10mm, 20mm x 20mm ou 20mm x 12mm sem adesivos, cor branca. Barra de 2 m. Marcas de Referência: Legrand, Ilumi ou Dutoplast. Marca: Ilumi.	Unidade	1000	2,19
101	Conjunto de tomada dupla 2P+T, 10A, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136, pinos cilíndricos de 4mm. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina ou Ilumi. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ilumi.	Unidade	1000	7,40
102	Conjunto de tomada dupla 2P+T, 20A, padrão brasileiro, de sobrepor, cor branca, em conformidade com a NBR 14136, pinos cilíndricos de 4,8mm. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina ou Ilumi. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ilumi.	Unidade	100	8,30
103	Fita adesiva acrílica transferível dupla face, largura 12 mm, espessura de 0,8 mm ou 1,0 mm cor translúcida ou transparente, de acordo com a norma de durabilidade UL 745 C. Rolo de 20 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Adere.	Unidade	150	21,90
105	Fita isolante de auto fusão, fabricada em EPR (borracha etileno-propileno), em conformidade com a norma ASTM-D-4388, cor preta, largura de 19 mm, espessura 0,76 mm ou 0,80 mm. Rolo de 10m. Marcas	Unidade	50	17,60

	de Referência: Prysmian, 3M ou WURTH. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Prysmian.			
107	Grampo de aterramento tipo abraçadeira, para haste com diâmetro nominal de 5/8", com alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão. Conexão por aperto. Fabricado em liga de cobre ou aço zincado eletrolítico. De acordo com a norma NBR-5370. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Inteli.	Unidade	50	2,80
108	Parafuso fendido, fabricado em cobre eletrolítico, com acabamento em latão ou estanhado, para cabos de 35 mm <sup>2</sup> . Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Inteli.	Unidade	200	4,80
109	Parafuso fendido, fabricado em cobre eletrolítico, com acabamento em latão ou estanhado, para cabos de 50 mm <sup>2</sup> . Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Inteli.	Unidade	100	6,70
110	Quadro de sobrepor, em aço carbono, pintura eletrostática cor bege, incluso barramento trifásico tipo espinha de peixe para até 150 A, derivação de 32 A, capacidade para 44 módulos DIN. Marcas de Referência: Legrand, Tigre ou Steck. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
112	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 16 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	200	6,00
113	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 20 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	200	6,00
116	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 20 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	100	20,20
118	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 32 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	50	20,30
122	Disjuntor tripolar termomagnético, tipo caixa moldada, frame x 160, 80 A, comando manual, ajuste termomagnético fixo, tensão nominal máxima 380 V, corrente de curto-circuito de 10 kA, padrão norma NBR IEC 60947-2, isolamento 690 V. Marcas de Referência: Eletromar, WEG ou Steck. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	10	112,00
124	Lâmpada de LED entre 9 W e 10 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 800 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
125	Lâmpada de LED entre 12 W a 15 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 1300 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
126	Lâmpada de LED de 30 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 2600 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: FLC.	Unidade	300	36,50
127	Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 10 W, fluxo luminoso igual ou superior a 900 lumens, formato T8, soquete G13, dispensa de uso de driver ou reator, comprimento de 600 mm, temperatura de cor 6000 k ou superior (branca fria), vida útil mínima 25.000 horas. Marcas de Referência: Osram, Stella ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: FLC.	Unidade	1000	12,90
128	Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 20 W, fluxo	Unidade	2000	15,90

	luminoso igual ou superior à 1800 lumens, formato T8, soquete G13, dispensa de uso de driver ou reator, comprimento de 1200mm, temperatura de cor 6000 k ou superior (branca fria), vida útil mínima 25.000 horas. Marcas de Referência: Osram, Stella ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: FLC.			
129	Caixa de sobrepor 4x2" para rede elétrica, com cavidades para encaixes. Fabricada em PVC rígido, isolante, resistente a impactos, antichama e atóxico, cor branca. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ilumi.	Unidade	500	2,50
130	Espelho plano 4x2" para 2 portas (saídas) RJ-45, comportáveis em caixas embutidas ou de sobrepor padrão 4x2". Compatível com conectores de categoria 5e, 6 e 6A nos modelos UTP e FTP. Fabricada em material termoplástico de alto impacto e não propagante à chama, cor branca. Fornecido com etiquetas de identificação e parafusos para fixação. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Sollan.	Unidade	300	1,50
131	Conector de rede RJ-45 fêmea, CAT 6. Corpo fabricado em material termoplástico, de alto impacto e não propagante à chama (UL 94 V-0). Vias de contato em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro; terminais de conexão (traseira) em bronze fosforoso estanhado (resistentes à oxidação), padrão 110 IDC, para condutores de 22 AWG a 26 AWG. Suporte mínimo de 200 ciclos de inserção para terminação IDC, mínimo de 750 ciclos para conectores RJ-45 e 200 ciclos para RJ11. Compatível com pinagem T568A/B, de acordo com a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6, impressa na etiqueta. Fabricado atendendo as normas ANSI/TIA/EIA-568-C.2, ISO/IEC 11801, EN 50173-1, IEC 60603-7, FCC parte 68 e NBR 14565. Embalagem com 100 unidades. Marcas de Referência: Furukawa Gigalan, Nexans Essential-6 ou Prysmian Group Draka. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Furukawa Gigalan.	Unidade	10	1.680,00
132	Conector de rede RJ-45 macho (Plug), CAT 6, cor transparente. Corpo fabricado em material termoplástico, de alto impacto e não propagante à chama (UL 94 V-0). Diâmetro do condutor de 22 AWG a 26 AWG. Adequado para cabos sólidos e flexíveis. Contato elétrico em 8 vias em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro. Em conformidade com a Diretiva RoHS e atendendo a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6. Embalagem com 100 unidades. Marcas de Referência: Furukawa Gigalan, Nexans Essential-6 ou Prysmian Group Draka. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Furukawa Gigalan.	Unidade	10	225,00
133	Cabo UTP CAT 6, capa externa em PVC, na coloração azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelho ou cinza. Impedância característica de 100 Ω (Ohms) ± 15 % Ω; com 4 pares trançados de condutores sólidos de cobre nú (23 AWG), isolados em polietileno especial, com código de cores. Certificação Anatel impressa na capa, além de impressão que conste identificação do fabricante, marca do produto e sistema de rastreabilidade que permita detectar a data de fabricação dos cabos. Produto em conformidade com a Diretiva RoHS. Inclusive certificado de performance elétrica pela UL ou ETL e de flamabilidade (UL Listed ou ETL Listed). Caixa com, no mínimo, 300 m. Marcas de Referência: Furukawa Gigalan, Nexans Essential-6 ou Prysmian Group Draka. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Furukawa Gigalan.	Unidade	100	790,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2020.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/PGJ/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.147 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 12 A 15) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo nº PGJ/10/3760/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Patrícia Cristina Terra Petenatti**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Luminária de emergência LED, bivolt, temperatura de cor 6500k, 24 a 30 LEDS, 2 modos de iluminação (80 lumens - 6h de autonomia / 120 lumens - 3h de autonomia), bateria de íon lítio. Marcas de referência: Philips, Osram ou Ilumi. Marca: Não registrada.	Unidade	100	Não registrado
8	Luminária externa arandela, branca, triangular, com corpo em alumínio anodizado, com vidro jateado, com soquete E27, dimensões aproximadas 23cm x 12 cm x 9cm (admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos). Marcas de referência: Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
9	Luminária de Sobrepor Blindada com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em plástico e com difusor em policarbonato, cor branca, IP 65. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Não registrada.	Unidade	20	Não registrado
10	Eletroduto corrugado flexível de PVC Antichama de 3/4". Diâmetro externo de 25 mm. Resistência diametral de até 750N/5cm (resistência média), cor laranja. Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Rolo de 50m. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Fortlev. Marca: Tigre.	Metro	50	72,30
16	Soquete para lâmpada tubular, rotor de segurança e engate rápido, antivibratório. Marca: Lumibras.	Unidade	500	1,38
18	Tampa de ferro fundido reforçada 60X60cm, com os dizeres gravados: "ELÉTRICA", articulada, com moldura (base com chumbador). Fabricada em ferro nodular. Marca: São Geraldo Pedis.	Unidade	30	200,00
22	Terminal para Compressão 16mm, tipo pino, fabricado em cobre e estanho, resistente à corrosão, vigia no barril para verificação de inserção de cabo. Marca: Não registrada.	Unidade	100	Não registrado
23	Caixa de passagem de concreto 60cm x 60cm x 60cm sem tampa (medidas interna). Marca: Não registrada.	Unidade	30	Não registrado
33	Plug Fêmea 20A 2P+T, preto, reto. Plug macho 10A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Não registrada.	Unidade	30	Não registrado
34	Cabo PP, tripolar, 3x2,5mm (cores distintas por perna, conforme NBR 6251), conforme norma NBR 13249. Em PVC, ponto de fusão 70°C. Marca: Cobrecom.	Metro	500	3,40
37	Tampa 4x2 cega, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	500	2,20
39	Tampa 4x2 para 2 módulos separados, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	500	2,20
40	Tampa 4x4 cega, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	300	6,00
45	Miolo interruptor bipolar de 25A, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
47	Abraçadeira de Nylon de 300 mm comprimento e 4,8 mm de largura. Cor branca. Pacote de 100 unidades. Marcas de referência: Hellermann Tyton, Vonder ou Jomarca. Marca: Não registrada.	Pacote	20	Não registrado
55	Módulo cego, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand.	Unidade	1000	2,15

62	CANALETA, fabricada em PVC, medidas: 20mm x 12mm ou 20mm x 10mm, sem adesivos, cor branca. Barra de 2m. Marca de Referência: Legrand, Tramontina, VICAP, KSS ou Dutoplast. Marca: Dutoplast.	Unidade	1000	2,76
63	Canaleta de piso, cor cinza, 4 compartimentos, dimensões 92mm x 20mm ou 90mm x 19mm, índice de proteção IP40 / IK08. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
65	Soquete de porcelana E27, 30 mm de comprimento, 30 mm de largura, 40 mm de altura e 10 mm de diâmetro, 10 A, 250 V. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: G20.	Unidade	300	1,45
66	Soquete antivibratório G13, de pressão, para lâmpadas tubulares T8, fabricado em termoplástico e materiais metálicos. Voltagem: 2 A/ 250 V. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Lumibras.	Unidade	300	1,25
71	Módulo de interruptor simples, bivolt, 10 A, cor branco, acionamento por tecla, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS). Fabricado em plástico não propagante à chama e metal. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Pial Legrand.	Unidade	300	9,10
72	Módulo cego de encaixe para proteção e acabamento de tomadas, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível, dimensões aproximadas de 4,5 cm x 2,5 cm (largura x comprimento). Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Pial Legrand.	Unidade	300	4,68
74	Módulo de tomada 2P+T, 20 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Pial Legrand.	Unidade	300	13,20
77	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 0,6/1,0 kV, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 35 mm². Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Metro	500	13,75
83	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	25	224,00
84	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	25	224,00
85	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	25	224,00
86	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	25	224,00
91	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Azul, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	150	88,00
92	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Verde, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola	Unidade	150	88,00



	2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.			
93	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Vermelho, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	150	88,00
94	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, Preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 2,5 mm². Rolo de 100 m. Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Corfio. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	150	88,00
97	Cabo de cobre nu, encordoamento classe 2A, fabricado de acordo com a NBR 6524, têmpera meio duro. Bitola 50 mm². Referência: Cobrecom, Prysmian ou Intelli. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	500	18,90
98	Cabo de cobre nu, encordoamento classe 2A, fabricado de acordo com a NBR 6524, têmpera meio duro. Bitola 35 mm². Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Intelli. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	1000	12,70
99	Cabo de cobre nu, encordoamento classe 2A, fabricado de acordo com a NBR 6524, têmpera meio duro. Bitola 25 mm². Marcas de Referência: Cobrecom, Prysmian ou Intelli. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cobrecom.	Unidade	500	9,00
104	Fita isolante em PVC auto extingüível, em conformidade com a norma NBR NM 60454-3-1 e a NBR 5037, cor preta, largura de 19 mm, espessura entre 0,15 mm e 0,18 mm. Rolo de 20 m. Referência: Marcas de Referência: Prysmian, 3m ou Tramontina. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Prysmian.	Unidade	500	4,10
106	Haste cobreada tipo copperweld, núcleo em aço carbono, diâmetro 19 mm ou 5/8" (polegadas), comprimento 2,4 m ou 3,0 m. Galvanizado com cobre de alta camada. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Olivo.	Unidade	50	22,50
110	Quadro de sobrepor, em aço carbono, pintura eletrostática cor bege, incluso barramento trifásico tipo espinha de peixe para até 150 A, derivação de 32 A, capacidade para 44 módulos DIN. Marcas de Referência: Legrand, Tigre ou Steck. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
111	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 10 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	20	5,95
114	Disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 25 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	200	6,05
115	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 16 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	100	20,20
117	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 25 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	100	20,20
119	Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 40 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	20	28,10
120	Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 50 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Garantia de no mínimo 3 (três)	Unidade	20	28,10

	meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.			
121	Disjuntor tripolar termomagnético, curva "C", 63 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Marcas de Referência: Steck conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Marca: Steck.	Unidade	20	28,15
123	Disjuntor tripolar termomagnético, tipo caixa moldada, frame x 160, 125 A, comando manual, ajuste termomagnético fixo, tensão nominal máxima 380 V, corrente de curto-circuito de 10 kA, padrão norma NBR IEC 60947-2, isolamento 690 V. Marcas de Referência: Eletromar, WEG ou Steck. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Steck.	Unidade	10	223,20
124	Lâmpada de LED entre 9 W e 10 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 800 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
125	Lâmpada de LED entre 12 W a 15 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 1300 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2020.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/PGJ/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.147 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 15 A 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo nº PGJ/10/3760/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL S.B.S EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Luminária de emergência LED, bivolt, temperatura de cor 6500k, 24 a 30 LEDS, 2 modos de iluminação (80 lumens - 6h de autonomia / 120 lumens - 3h de autonomia), bateria de íon lítio. Marcas de referência: Philips, Osram ou Ilumi. Marca: Não registrada.	Unidade	100	Não registrado
8	Luminária externa arandela, branca, triangular, com corpo em alumínio anodizado, com vidro jateado, com soquete E27, dimensões aproximadas 23cm x 12 cm x 9cm (admitindo-se variação de 5% para mais ou para menos). Marcas de referência: Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
9	Luminária de Sobrepor Blindada com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em plástico e com difusor em policarbonato, cor branca, IP 65. Marcas de referência: Itaim, Abalux ou Lumicenter. Marca: Não registrada.	Unidade	20	Não registrado

22	Terminal para Compressão 16mm, tipo pino, fabricado em cobre e estanho, resistente à corrosão, vigia no barril para verificação de inserção de cabo. Marca: Não registrada.	Unidade	100	Não registrado
23	Caixa de passagem de concreto 60cm x 60cm x 60cm sem tampa (medidas interna). Marca: Não registrada.	Unidade	30	Não registrado
33	Plug Fêmea 20A 2P+T, preto, reto. Plug macho 10A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Não registrada.	Unidade	30	Não registrado
45	Miolo interruptor bipolar de 25A, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
47	Abraçadeira de Nylon de 300 mm comprimento e 4,8 mm de largura. Cor branca. Pacote de 100 unidades. Marcas de referência: Hellermann Tyton, Vonder ou Jomarca. Marca: Não registrada.	Pacote	20	Não registrado
56	Módulo tomada RJ45 categoria 6, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand 680158.	Unidade	500	52,50
63	Canaleta de piso, cor cinza, 4 compartimentos, dimensões 92mm x 20mm ou 90mm x 19mm, índice de proteção IP40 / IK08. Barra de 2m. Marcas de Referência: Legrand, Tramontina, KSS ou Dutoplast. Marca: Não registrada.	Unidade	500	Não registrado
110	Quadro de sobrepor, em aço carbono, pintura eletrostática cor bege, incluso barramento trifásico tipo espinha de peixe para até 150 A, derivação de 32 A, capacidade para 44 módulos DIN. Marcas de Referência: Legrand, Tigre ou Steck. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	10	Não registrado
124	Lâmpada de LED entre 9 W e 10 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 800 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado
125	Lâmpada de LED entre 12 W a 15 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 1300 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Marcas de Referência: Decorlux, Ultraluz ou FLC. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Não registrada.	Unidade	300	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2020.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 001/2020/44PJ/CGR**

A 44.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça do Idoso da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, Jardim dos Estados.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2020.00000641-3

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDOS: Hospital da CASSEMS; Hospital Santa Marina; Santa Casa; Hospital Regional de Mato Grosso do Sul; Hospital UNIMED de Campo Grande; Hospital Geral EL KADRI; Hospital Militar de Área de Campo Grande; Clínica Campo Grande; Hospital Adventista do Pênfigo; Hospital do Câncer Alfredo Abrão; Hospital DIA; Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian - HUMAP.

OBJETO: Apurar a exigência indevida de acompanhante para pessoa idosa internada em Unidades Hospitalares de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 14 de maio de 2020.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**DOURADOS****RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 0001/2020/11PJ/DOS**

Notícia de Fato n. 01.2020.00002779-6

Requerente: Comitê de Defesa Popular de Dourados

Requerido: Município de Dourados/MS

Objeto: Registrar requerimento de providências para combate à pandemia COVID-19 (coronavírus).

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA n. 0001/2020/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelos Promotores de Justiça da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, que esta subscrevem, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que “O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais

*indisponíveis*" (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que o Município de Dourados/MS, em 20 de março de 2020, através do Decreto nº 2.477, declarou situação de emergência neste município, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid19);

CONSIDERANDO que por meio do DECRETO Nº 2.511 DE 06 DE ABRIL DE 2020, foram adotadas medidas para prevenção do contágio, autorizando o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais formais e informais do Município desde que adotadas medidas de contingenciamento e sem aglomeração (art. 1º);

CONSIDERANDO que, apesar de autorizar a reabertura de restaurantes, lanchonetes, cafés e padarias, desde que implantado espaçamento mínimo de 2,0m (dois metros) entre as mesas e máximo 04 (quatro) cadeiras em cada uma delas (art. 1º, §2º), o decreto não os excluiu do toque de recolher, nos termos do §3º: "*Os estabelecimentos mencionados no §2º não estão excluídos do toque de recolher*";

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 5º do referido decreto: "*Os estabelecimentos autorizados a funcionar na forma deste decreto deverão observar o seguinte: [...] V. manutenção do distanciamento entre os consumidores e controle para evitar aglomeração de pessoas*";

CONSIDERANDO a previsão específica do art. 8º, que veda expressamente "*a permanência e aglomeração de pessoas na porta ou no entorno de lanchonetes, conveniências, distribuidoras de bebidas e similares a qualquer hora do dia e da noite*";

CONSIDERANDO que foi mantido o toque de recolher, impedindo a circulação de pessoas das 22hs às 05hs (art. 9º);

CONSIDERANDO que a fiscalização será realizada através da Guarda Municipal e da fiscalização de posturas para o cumprimento das medidas previstas, e aplicação das sanções cabíveis e a inobservância das disposições do decreto implicará na pena de cassação do alvará de licença e funcionamento do empreendimento infrator, além das penalidades cíveis e penais cabíveis (art. 11);

CONSIDERANDO que, por meio do DECRETO Nº 2.523 DE 14 DE ABRIL DE 2020, a chefe do Poder Executivo determinou a continuidade de implementação das "*medidas de fiscalização através da Guarda Municipal, dos fiscais de postura [sic], de Vigilância Sanitária e Ambiental para o cumprimento das medidas previstas, e aplicação das sanções cabíveis administrativas e penais, e a inobservância das disposições constantes do presente decreto e nos demais decretos de prevenção do contágio da Coronavírus – COVID 19 implicará nas penas de interdição do estabelecimento, sem prejuízo das multas aplicadas que de acordo com o art. 186, da Lei Complementar nº 205, de 19 de outubro de 2012, deverá ser de 90 (noventa) UFERMS e em caso de desrespeito à interdição a multa deverá ser aplicada em dobro*" (art. 5º);

CONSIDERANDO que o Código de Posturas Municipal já previa a possibilidade de cassação e encerramento das atividades de estabelecimentos comerciais que atentem contra a segurança pública, ao dispor: "*Art. 193. A licença da localização poderá ser cassada: [...] II - como medida preventiva, a bem da higiene, da segurança, da moral ou de sossego público; [...] IV - por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação: § 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado*";

CONSIDERANDO, todavia, que apesar de autorizar a fiscalização de bares e similares pela Guarda Municipal de Dourados, o Código de Posturas veda a aplicação de multa e interdição pelos guardas, nos termos do art. 104-B, § 1º: "*O poder fiscalizador atribuído à Guarda Municipal, conforme caput deste artigo, se restringirá apenas ao ato de fiscalizar e notificar o estabelecimento por eventual infração administrativa cometida;*" e ainda "*§ 2º. É vedado à Guarda Municipal, no ato da fiscalização, multar e/ou interditar qualquer estabelecimento, sendo essa ação exclusiva do Agente de Fiscalização de Posturas*";

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de acompanhamento de fiscais de posturas para multar e/ou

interditar estabelecimentos que descumpram as normas de controle de contágio pelo coronavírus, nos termos dos decretos adrede referidos;

CONSIDERANDO a notícia de aglomeração de pessoas em conveniências situadas no centro da cidade, veiculadas pela mídia local (cópias anexas), após o horário do toque de recolher municipal;

CONSIDERANDO que, após as 22h00 está proibida a circulação de pessoas neste município de Dourados/MS o que justifica o encerramento das atividades de atendimento presencial ao público em qualquer estabelecimento comercial, que apenas poderá funcionar no sistema de *delivery*;

RESOLVE, em defesa da ordem urbanística, da saúde pública e em observância ao princípio da legalidade, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR:

1) Ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos:

1.1) Que implemente plantão permanente de fiscalização de posturas municipais para atuar na fiscalização dos estabelecimentos comerciais, com ênfase em horários noturnos e aos finais de semana, a fim de:

1.1.1) obstar a aglomeração de pessoas nos arredores de estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas, fazendo cumprir os artigos 8º e 9º do DECRETO 2.511/2020;

1.1.2) obstar o atendimento presencial ao público em bares, restaurantes, padarias e similares após as 22h, os quais apenas poderão funcionar no sistema de *delivery*, fazendo cumprir o artigo 1º, §§ 2º e 3º e artigo 9º do DECRETO 2.511/2020;

1.2) Que, por meio dos fiscais de posturas plantonistas, promova a interdição e cassação dos Alvarás de Localização e Funcionamento dos empreendimentos que descumprirem as normas de segurança e controle de saúde pública, com fundamento no artigo 11 do DECRETO 2.511/2020, artigo 5º do DECRETO 2.523/2020 e artigo 193, II e §1º do Código de Posturas, além da aplicação de multa de até 600 (seiscentos) UFERMS em caso de reincidência, nos termos da alínea "d", do inciso II do art. 186 da LUOS;

1.3) Informe, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quais as providências adotadas para cumprimento da legislação e das recomendações de itens 1.1 e 1.2, encaminhando ainda a escala de plantão organizada nos termos do item 1.1, com a qualificação e contato dos fiscais correspondentes.

2) Ao Comandante da Guarda Municipal de Dourados:

2.1) que, em conjunto com os fiscais de posturas, intensifique a fiscalização em estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas, restaurantes e similares, promovendo o apoio necessário para cassação dos Alvarás e interdição dos estabelecimentos, com fundamento no artigo 11 do DECRETO 2.511/2020, artigo 5º do DECRETO 2.523/2020 e artigos 104-B e 193, II e §1º do Código de Posturas;

2.2) Informe, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quais medidas serão adotadas pela Guarda Municipal para atendimento da recomendação.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à saúde pública e à ordem urbanística, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através do e-mail 11pjdourados@mpms.mp.br), no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e whatsapp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados, 14 de maio de 2020.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR  
11º Promotor de Justiça

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
10º Promotor de Justiça

RICARDO ROTUNNO  
16º Promotor de Justiça

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL  
17º Promotor de Justiça

#### **EDITAL Nº 0015/2020/16PJ/DOS**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001697-7 que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001697-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Acompanhamento, fiscalização e atuação ministerial preventiva, frente às contratações e despesas realizadas pelo Município de Dourados, em virtude e relacionadas a situação de Emergência de Saúde Pública, decorrente da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19).

Dourados, 14 de maio de 2020

RICARDO ROTUNNO  
Promotor de Justiça

#### **EDITAL Nº 0016/2020/16PJ/DOS**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001710-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001710-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Acompanhamento, fiscalização e atuação ministerial preventiva, frente às contratações e despesas realizadas pelo Município de Laguna Carapã, em virtude e relacionadas a situação de Emergência de Saúde Pública, decorrente da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19).

Dourados, 14 de maio de 2020

RICARDO ROTUNNO  
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0006/2020/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil n. 09.2020.00001694-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Município de Dourados, Município de Laguna Carapã, Secretaria Municipal de Educação de Laguna Carapã/MS, Secretaria Municipal de Educação de Dourados/MS, Instituições Privadas de Educação Básica e Ensino de Dourados/MS.

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as medidas excepcionais adotadas pelas Redes Municipal, Estadual e Privada de Educação Básica devido à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), bem como a reorganização dos calendários escolares e ações que serão implementadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais..

Dourados/MS, 14 de maio de 2020.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0004/2020/17PJ/DOS**

16ª e 17ª Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados – MS

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001694-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e outros

Objeto: Fiscalizar e acompanhar as medidas excepcionais adotadas pelas Redes Municipal, Estadual e Privada de Educação Básica devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), bem como a reorganização dos calendários escolares e ações que serão implementadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais.

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0004/2020/17PJ/DOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que “o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal<sup>1</sup>);

<sup>1</sup> “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;”

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou situação de “*emergência de saúde pública de importância internacional*” e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o novo *Coronavírus* (COVID-19, CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a *Síndrome Respiratória Aguda Grave* e *Síndrome Respiratória do Oriente Médio*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020<sup>2</sup>, declarou “*emergência em saúde pública de importância nacional*”, em decorrência da infecção humana pelo *Coronavírus*, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo *Coronavírus COVID-19*<sup>3</sup>, situando o Brasil, no momento, no nível de reposta 3: “*emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)*”;

CONSIDERANDO o teor da Lei n. 13.979/2020 que “*Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.*”;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional decretou, aos 20 de março de 2020, a ocorrência de estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, com a publicação do Decreto Legislativo n. 6 de 2020, que “*Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.*”;

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria n. 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde declarou “*em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).*”;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 205 da Constituição Federal, “*a educação é direito de todos e dever do Estado e da família*”;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que, quando ameaçados ou violados os direitos das crianças e dos adolescentes, devem ser aplicadas medidas de proteção pautadas nos princípios da condição de sujeitos de direito, da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, do superior interesse, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade e da obrigatoriedade da informação (art. 98 e seguintes do ECA);

CONSIDERANDO que os Estados e Municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, inclusive acatando recomendações expedidas pelo MPMS;

CONSIDERANDO que fora expedida, na data de 19 de março de 2020, no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000320-5/10PJ-DOS a Recomendação Conjunta n. 02/2020 que “*Recomenda a segmentos dos poderes públicos e municipais (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS) diversas providências para enfrentamento da pandemia de COVID-19 (coronavírus)*”, e, nas datas de 20, 21 e 24 de março de 2020, as Complementares n. 1, n. 2 e n. 3, respectivamente, todas pela 10ª, 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que, ainda no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000320-5/10PJ-DOS, aos 24 de março de 2020, fora expedida a Recomendação n. 005/2020/10PJ/DOS acerca da implementação de barreiras

<sup>2</sup> Portaria GM/MS nº 188/2020 - Ministério da Saúde <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>> acesso em maio de 2020.

<sup>3</sup> Plano Nacional/Coronavírus - Ministério da Saúde: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>> acesso em maio de 2020.

sanitárias no aeroporto e no terminal rodoviário de Dourados/MS;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO que o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL decretou “situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0)”, nos termos do Decreto Estadual n. 15.396, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, por sua Prefeita Municipal, declarou “situação de emergência no Município de Dourados” (Decreto Municipal n. 2.477, de 20 de março de 2020);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 15.393, de 17 de março de 2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual de ensino no período de 23/03 a 06/04/2020, orientando as redes públicas municipais e as instituições privadas a fazerem o mesmo, sendo tal período prorrogado até o dia 03 de maio de 2020, nos termos do Decreto Estadual n. 15.410, de 1º de abril de 2020;

CONSIDERANDO que o recesso escolar da Rede Estadual de Ensino previsto, inicialmente, para julho, foi adiantado para o período de 04 a 18 de maio de 2020, com retorno das atividades escolares previsto para 19 de maio de 2020 (Decreto Estadual n. 15.420, de 27 de abril de 2020), sendo orientado às redes públicas municipais e às instituições privadas a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS, por sua Prefeita Municipal, pelo Decreto n. 2.463, de 16 de março de 2020, decretou que “*ficam suspensas as aulas na Rede Municipal de Ensino a partir do dia 18 de março de 2020, por prazo indeterminado, até ulterior manifestação do Comitê de Gerenciamento.*”;

CONSIDERANDO que, o MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS, por seu Prefeito Municipal, publicou o Decreto n. 077, de 18 de março de 2020 e o Decreto n. 079, de 18 de março de 2020, decretando a suspensão das aulas presenciais em todas as unidades escolares e no Centro de Educação Infantil, sendo tal período prorrogado até o dia 01 de maio de 2020, nos termos do Decreto n. 089, de 07 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que, nos termos do Decreto Municipal n. 115, de 19 de abril de 2020, de Laguna Carapã/MS, as férias escolares do primeiro semestre, previstas no Calendário Escolar do Ano de 2020 para a rede municipal de ensino para 13 a 27 de julho, foram antecipadas para o período de 04 a 18 de maio de 2020, sendo que a Secretaria Municipal de Educação adotará as medidas complementares para a adequação do calendário escolar para o ano letivo de 2020;

CONSIDERANDO que, nos termos do ofício n. 010, de 24 de abril de 2020, CRE5/SUARE/SED (pp. 31/33<sup>4</sup>), e do ofício n. 011, de 07 de maio de 2020, CRE5/SUARE/SED (pp. 486/488), a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL optou pela oferta de aulas não presenciais aos alunos da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução SED n. 3.735, de 19 de março de 2020, que “*Regulamenta o Decreto n. 15.391, de 16 de março de 2020, e a oferta de Atividades Pedagógicas Complementares das Unidades Escolares e Centros.*” (pp. 55/58), havendo previsões específicas para o ensino fundamental e médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudantes público da correção de fluxo, educação profissional e normal médio e estudantes público da educação especial;

CONSIDERANDO que, nos termos do ofício n. 059/2020-SEMED (pp. 13/15), devido às peculiaridades constatadas, a Rede Municipal de Educação de Dourados/MS não implementou sistema de ensino à distância, aguardando eventual decisão no âmbito federal para, em conluio aos diretores, coordenadores e Pasta da Educação, reorganizar os calendários escolares do ano de 2020 das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil Municipais;

CONSIDERANDO que, conforme informado às pp. 490/491, o MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS “*adotou a realização de aulas não presenciais*” colocando em prática estratégia diversas para atender à demanda dos

4 As páginas aqui citadas são referentes à Notícia de Fato n. 01.2020.00002895-1.

alunos (pp. 492/497);

CONSIDERANDO que, no Município de Dourados/MS, as instituições privadas de ensino adotaram as mais diversas maneiras de contornar a situação, suspendendo as aulas presenciais, mas mantendo o processo de ensino e aprendizagem de acordo com os níveis escolares e faixa etária dos alunos (pp. 445/453, pp. 454/459, pp. 460/461, pp. 462/463 e pp. 464/469, pp. 473/475, pp. 477/484);

CONSIDERANDO que, em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória n. 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o Parecer Orientativo do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovado<sup>5</sup>, por unanimidade, em 28 de abril de 2020 (Parecer CNE/CP n. 5/2020<sup>6</sup>), sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19, com diretrizes aplicáveis às instituições de ensino públicas e particulares;

CONSIDERANDO que, o MEC aprovou<sup>7</sup> a decisão do CNE conforme DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Publicado em: 04/05/2020; Edição: 83; Seção: 1; Página: 63;

CONSIDERANDO que, conforme consignado pelo Conselho Nacional de Educação, a principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas da instituições ou redes de ensino de Educação Básica ou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e currículos dos cursos das instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação, analisando os dispositivos legais e normativos vigentes, reiterou que a competência para tratar dos calendários escolares é da instituição ou rede de ensino, no âmbito de sua autonomia, respeitadas a legislação e normas nacionais e do sistema de ensino ao qual se encontre vinculado, notadamente o inciso III, do artigo 12, da LDB;

CONSIDERANDO que algumas possibilidades de cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB seriam: *a*) a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; *b*) realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos que previstos no decurso dos mínimos anuais/semestrais; e *c*) a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades;

CONSIDERANDO que, tradicionalmente no Brasil, quando há suspensão das aulas ocorre, posteriormente, reposição presencial, como decorrência natural de ser esta a forma de ensino predominante para a Educação Básica, conforme estabelecida pela LDB. Porém, considerando a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, pode haver dificuldades para uma reposição que não impacte o calendário de 2021 e que também não acarrete retrocesso educacional para os estudantes;

CONSIDERANDO que um longo período de reposição de carga horária utilizando sábados, feriados, períodos de recesso escolar e férias pode acarretar uma sobrecarga de trabalho pedagógico tanto para estudantes quanto para professores, com prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de serem identificadas alternativas para reduzir a necessidade de reposição presencial de dias letivos a fim de viabilizar minimamente a execução do calendário escolar deste ano, e ao mesmo tempo permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de

5 “CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia” Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>> acesso em maio de 2020.

6 Disponível em <[http://www.abrafi.org.br/js/ckeditor/foto\\_internas/pcp005\\_20.pdf](http://www.abrafi.org.br/js/ckeditor/foto_internas/pcp005_20.pdf)> acesso em maio de 2020.

7 “O MEC aprova a decisão do CNE por unanimidade” <<https://www.2emlconsultoria.com.br/o-mec-aprova-a-decisao-do-cne-por-unanimidade/>> acesso em maio de 2020.



emergência;

CONSIDERANDO a realidade das redes de ensino e os limites de acesso dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes às diversas tecnologias disponíveis, sendo necessário considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais;

CONSIDERANDO que, a fim de garantir atendimento escolar essencial, o Conselho Nacional de Educação propõe excepcionalmente a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível, o que, como já mencionado, vem ocorrendo na rede pública estadual de ensino;

CONSIDERANDO que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso, com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares;

CONSIDERANDO que, para cumprir a carga horária mínima anual prevista na LDB, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária;

CONSIDERANDO que o art. 31 da LDB delimita frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário da educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia;

CONSIDERANDO que, no sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, o Conselho Nacional de Educação sugere que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais (educação infantil);

CONSIDERANDO, contudo, que em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de ensino a distância à educação infantil, mesmo em situação de emergência, o entendimento majoritário é de que eventuais atividades pedagógicas complementares (não presenciais) não poderiam ser computadas como horas letivas;

CONSIDERANDO que nos anos iniciais do ensino fundamental existem dificuldades para acompanhar atividades *on-line*, uma vez que as crianças do primeiro ciclo se encontram em fase de alfabetização formal, sendo necessária supervisão de adulto para realização de atividades. No entanto, pode haver possibilidade de atividades pedagógicas não presenciais com as crianças desta etapa da educação básica, mesmo considerando a situação mais complexa nos anos iniciais. Aqui, as atividades devem ser mais estruturadas, para que se atinja a aquisição das habilidades básicas do ciclo de alfabetização;

CONSIDERANDO que nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as dificuldades cognitivas para a realização de atividades *on-line* são reduzidas ao longo do tempo com maior autonomia dos estudantes, sendo que a supervisão de adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou *on-line*;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação enfatiza que atividades pedagógicas não presenciais se aplicam aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, portanto, extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais, os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista, atendidos pela modalidade de Educação Especial;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados;

CONSIDERANDO que os professores do aluno de educação especial, conforme orientação do Conselho Nacional de Educação, atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários. Eles também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, segundo a singularidade dos alunos, a serem disponibilizados e articulados com as famílias;

CONSIDERANDO, ainda, *i)* a diversidade e singularidades das populações indígena, quilombola, do campo e dos povos tradicionais; *ii)* as diferentes condições de acessibilidade dos estudantes; e *iii)* a atribuição dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios para organizar e regular medidas que garantam oferta de recursos e estratégias para o atendimento dessas comunidades (sem comprometimento dos padrões mínimos de qualidade, possibilitando a finalização do calendário de 2020), as escolas poderão ofertar parte das atividades escolares em horário de aulas normais e parte em forma de estudos dirigidos e atividades nas comunidades, desde que estejam integradas ao projeto pedagógico da instituição, para que assim se possa garantir que o direito de aprendizagem dos estudantes sejam atendidos;

CONSIDERANDO que as avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e da evasão escolar no ensino fundamental e médio (diretriz do Conselho Nacional de Educação – CNE);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o padrão mínimo de qualidade da educação, previsto no art. 3º, inciso IX, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e art. 206, inciso VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incerteza de prazos no que diz respeito à retomada das atividades escolares presenciais, que, conforme diretriz do Conselho Nacional de Educação, deverá se dar oportunamente, de modo GRADUAL, dado à gravidade da crise instalada, havendo indícios de que após o transcurso das férias escolares eventualmente antecipadas por esta rede municipal de ensino, as aulas continuem suspensas, para todos ou alguns alunos, dependendo dos níveis de disseminação do novo Coronavírus e das orientações das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO que, aos 30 de abril de 2020, a Força-Tarefa de Acompanhamento da Epidemia da Doença do Coronavírus-19, instituída pelo Procurador-Geral de Justiça, apresentou, no bojo da Diretriz de Atuação Fundamentada n. 11, sugestões de atuação aos membros do MPMS no que se refere à reorganização dos calendários escolares, às atividades pedagógicas não presenciais e às medidas que serão adotadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais;

RESOLVE, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, da educação, bem como do patrimônio público e social, da saúde e da vida, RECOMENDAR, à SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, às SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE DOURADOS/MS E DE LAGUNA CARAPÃ/MS, por seus respectivos Secretários, aos DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DOS MUNICÍPIOS DE DOURADOS E DE LAGUNA CARAPÃ/MS e às INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO DE DOURADOS/MS, por seus Diretores e Coordenadores, que:

a) o cumprimento da carga horária mínima obrigatória se dê por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta:

*a.1)* reposição da carga horária de forma presencial ao final do período de emergência. Quanto a esta

possibilidade, em decorrência da suspensão das aulas durante o período de pandemia COVID-19, mormente tendo em vista a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, as reposições presenciais podem restar inviabilizadas, impactando o calendário de 2021 e acarretando retrocesso educacional para os estudantes, o que deve ser considerado pelo gestor;

a.2) cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, observando-se a exceção do item b.13;

a.3) cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades, observando-se a exceção do “item b.13”.

b) o planejamento e oferecimento de atividades pedagógicas não presenciais sejam regulamentados em atos normativos e documentos próprios, observando:

b.1) os objetivos de aprendizagem relacionados ao respectivo currículo e/ou proposta pedagógica que se pretende atingir;

b.2) as formas de interação (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) com o estudante, mantendo canal de comunicação para repasse e recebimento das atividades remotas, bem como para sanar possíveis dúvidas dos escolares, famílias ou responsáveis, no que diz respeito à atividade pedagógica complementar que está sendo ministrada durante o período de suspensão das aulas;

b.3) a estimativa de carga horária equivalente para o alcance deste objetivo de aprendizagem, considerando as formas de interação previstas;

b.4) a forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital ou físico), relacionadas aos planejamentos de estudo encaminhados pela escola e às habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares, as quais deverão ser devolvidas, viabilizando a avaliação do aproveitamento;

b.5) as formas de avaliação não presencial durante situação de emergência ou presencial após o fim da suspensão das aulas;

b.6) a previsão de formas de garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou escolas que tenham dificuldades de realização de atividades não presenciais de ensino;

b.7) a realização, quando possível, de processo de formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;

b.8) a realização de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;

b.9) a organização de programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial;

b.10) a sistematização e registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, durante o tempo de confinamento, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária por meio das entidades competentes;

b.11) o planejamento e a elaboração das atividades remotas mediante criterioso acompanhamento pela Coordenação Pedagógica e Direção Escolar, antes do envio aos estudantes;

b.12) a observância das orientações específicas em relação a cada etapa de ensino, alunos da educação especial, escolas indígenas, etc., constantes do documento mencionado no “item a”;

b.13) em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não existir previsão legal nem

normativa para oferta de educação não presencial à educação infantil, mesmo em situação de emergência, as atividades não presenciais não poderiam ser computadas como horas letivas.

c) as medidas adotadas, após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais, também sejam regulamentadas em atos normativos e documentos próprios, e que contemplem:

c.1) a realização de uma avaliação diagnóstica de cada aluno por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais (em caso de oferecimento destas) e construção de um PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO, caso seja necessário, para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver de forma plena o que é esperado de cada um(a) ao fim de seu respectivo ano letivo, com critérios e mecanismos que deverão ser claramente definidos pela respectiva rede, garantindo o direito à qualidade da educação ofertada;

c.2) a garantia da segurança sanitária nas instituições de ensino, reorganização do espaço físico do ambiente escolar e oferecimento permanente de orientações aos alunos quanto aos cuidados a serem tomados nos contatos físicos com os colegas, lembrando que o Conselho Nacional de Educação orienta que o retorno das atividades presenciais se dê oportunamente, de forma cuidadosa, gradual e de acordo com o disposto pelas autoridades sanitárias;

c.3) a realização de um esforço de BUSCA ATIVA dos estudantes, envolvendo a rede protetiva, quando for o caso, considerando a probabilidade de que ocorra evasão escolar;

c.4) a realização do acolhimento e reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias como forma de superar os impactos psicológicos do longo período de isolamento social, podendo ser sugerida a realização de um amplo programa de formação dos professores para prepará-los para este trabalho de integração. As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias), bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outros;

c.5) a garantia de critérios e mecanismos de avaliação ao final do ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas instituições e redes de ensino, de modo a evitar o aumento da reprovação e da evasão escolar.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além das demais Recomendações já expedidas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (por e-mail: [17pjdourados@mpms.mp.br](mailto:17pjdourados@mpms.mp.br)), no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente, se os destinatários acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta.

Ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, e à Resolução n. 7/2020/PGJ, de 19.03.2020, a presente Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Centros de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e da Infância e Juventude, ao Poder Legislativo Municipal de ambos os municípios requeridos, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Dourados/MS, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 14 de maio de 2020.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça – 16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça – 17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL Nº 0006/2020/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida junto à 1ª Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001700-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Municípios de Caarapó e Juti.

Assunto: Acompanhamento, fiscalização e atuação ministerial preventiva, frente às contratações e despesas que foram/serão promovidas pelos Municípios de Caarapó e Juti, decorrentes da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, já reconhecida em âmbito federal e estadual, em razão da pandemia pelo Coronavírus – Covid-19.

Caarapó/MS, 15 de maio de 2020.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0022/2020/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2020.00001719-8, que está à disposição na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001719-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria Municipal de Saúde Pública de Coxim MS - SMSP.

Requerido: A apurar.

Assunto: Acompanhar a situação de vulnerabilidade a que estaria exposto o portador de deficiência mental M. T. O.

Coxim/MS, 15 de maio de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

---

**PARANAÍBA**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/02PJ/PNB**

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001274-8  
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Município de Paranaíba

**RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/02PJ/PNB**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de proteção dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos da comarca de Paranaíba, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e;

CONSIDERANDO, que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que o direito à saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, essencial à própria garantia do direito pressuposto ao exercício de todos os demais direitos, qual seja, o direito à vida, sendo dever do Estado assegurar o seu exercício a todos, conforme estabelece o art. 196, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO, o notório estado de emergência presente no mundo em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, levando a Organização Mundial da Saúde – OMS a declarar situação de pandemia, ao passo em que pleiteou, por parte de todos os países, uma “*ação urgente e agressiva*” para sua contenção;

CONSIDERANDO, as consequências da ausência de medidas rápidas e efetivas de prevenção da disseminação do vírus são da mais alta gravidade;

CONSIDERANDO, que a progressão do coronavírus COVID-19 tem sido exponencial em todo o mundo, de forma tal que todos os Governos – incluído o brasileiro – têm buscado tomar as medidas de forma urgentíssima. É certo que cada país apresenta uma trajetória distinta no número de casos confirmados, tendo em vista diversos fatores que influenciam a propagação da doença pulmonar causada e ao volume de testes disponibilizados para a sua detecção;

CONSIDERANDO, que é consenso mundial a ideia de que, para que qualquer sistema de saúde não sofra colapso, é necessário reduzir a curva epidêmica, principalmente através do isolamento social. Epidemiologistas e autoridades da saúde mantêm o foco nessa curva de crescimento, com o objetivo de evitar o ritmo acelerado das enfermidades causadas pela COVID-19. Isso porque se o crescimento inicial é íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde;

CONSIDERANDO, que o Brasil já contabiliza 177.589 casos confirmados, com 12.400 mortes<sup>8</sup>;

CONSIDERANDO, que o Mato Grosso do Sul já contabiliza 430 casos confirmados, com 13 óbito por COVID-19<sup>9</sup>, situação deflagrada que ensejou a expedição do Decreto Legislativo nº 620 de 19 de março de 2020 pelo Estado do Mato Grosso do Sul, declarando situação de calamidade pública no âmbito da saúde pública do Estado;

CONSIDERANDO, que já foi reconhecida oficialmente, em âmbito federal e estadual, a transmissão comunitária do novo coronavírus;

---

<sup>8</sup> < <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46872-brasil-registra-177-589-casos-de-coronavirus-e-72-597-pessoas-recuperadas>>. Acesso em 13 de Maio de 2020.

<sup>9</sup> < <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.13.pdf>>. Acesso em 13 de Maio de 2020.

CONSIDERANDO, que o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Federal nº 13.979/2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Dentre as medidas emergenciais adotadas, pode-se dar destaque à criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sendo consideradas presumidas: *a)* a ocorrência de situação de emergência; *b)* a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; *c)* a existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e *d)* limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

CONSIDERANDO, que no seu art. 4º, referida legislação, aplicável a todos os entes políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), é expressa ao prever que a dispensa de licitação baseada na emergência em razão do COVID-19 é temporária e deve ser aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO, que dentre os requisitos legais exigidos, a nova legislação prevê a disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todas as contratações ou aquisições realizadas, nos seguintes termos: “Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.”;

CONSIDERANDO, que no âmbito federal, o Ministério da Saúde criou em seu sítio eletrônico a (<https://saude.gov.br/>) um *link* de acesso rápido a todas as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO, a necessidade de ampla publicidade dos gastos públicos realizados, deve ser levado em conta que a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos. Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica;

CONSIDERANDO, que em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório;

CONSIDERANDO, que a celeridade buscada pelo legislador, ao mitigar algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público e as entidades que desenvolvem serviço público assemelhado, o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento;

CONSIDERANDO, que o Município de Paranaíba, em seu sítio eletrônico, não possui aba específica tratando sobre as informações, notícias, boletins e documentos da Secretaria Municipal de Saúde sobre as medidas adotadas no combate a Pandemia COVID-19;

CONSIDERANDO, que ao acessar o sítio eletrônico constata-se apenas reportagens isoladas tratando sobre Decretos expedidos pelo Poder Público Municipal tratando sobre as medidas de combate à Pandemia COVID-19, não havendo, contudo, cópias desses Decretos;

CONSIDERANDO, que não há nenhuma informação, de fácil acesso por toda a população, das contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, conforme determina a Lei Federal 13.979/2020;

CONSIDERANDO, o descumprimento pela Secretaria Municipal de Saúde das disposições previstas no §2º, do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO, que a vigente Constituição da República e a Constituição Estadual consagraram como

princípio fundamental da Administração Pública a publicidade (CF, art. 37, *caput*), bem como garantiu o direito fundamental à informação (CF, art. 5º, inciso XIV);

CONSIDERANDO, que o princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, consequentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo visando o direito fundamental a uma boa administração pública;

CONSIDERANDO, que apesar de estarmos vivenciando um estado de calamidade pública, ainda persiste a necessidade da utilização de instrumento para garantir a transparência da gestão, disponibilizando informações sem a necessidade de prévia requisição;

RESOLVE, em defesa dos Direitos Humanos, mormente sob o aspecto da efetivação do direito à Saúde,

RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Ronaldo José Severino de Lima, e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAÍBA, através de Sua Secretária Municipal de Saúde Débora Queiroz de Oliveira, que:

I – Proceda a disponibilização em seu sítio eletrônico de link específico de acesso onde deverão ser publicizados, em tempo real e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas, contendo, no que couber, os nomes dos contratados, os números de suas inscrições na Receita Federal do Brasil (CNPJs), os prazos contratuais, os objetos e quantidades contratados, os valores individualizados contratados e os números dos respectivos processos de contratação ou aquisição;

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e parágrafo único do art. 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, o Ministério Público Estadual:

• Requisita aos destinatários, Município de Paranaíba, na Pessoa de Seu Prefeito Municipal e Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa de Sua Secretária Municipal de Saúde, que, no prazo de 10 (Dez) dias úteis respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas efetivamente realizadas pela Administração Municipal;

2. Com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita aos destinatários, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranaíba e Município de Paranaíba, que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

3. Desde já, cientifique-se que o não acatamento desta Recomendação poderá implicar na adoção, pelo Ministério Público, das medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da Ação Civil Pública.

4. Cientifique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Saúde, mediante ofício, para conhecimento e cumprimento das providências.

Considerando a necessidade de adoção de medidas de prevenção e contenção ao COVID – 19, conforme Resolução n. 007/2020 – PGJ, o ofício deverá ser encaminhado, exclusivamente, ao seguinte email: [adaidalopes@yahoo.com.br](mailto:adaidalopes@yahoo.com.br), solicitando-se a confirmação do recebimento, para fins de contagem do prazo de resposta.

Devem, por fim, ser adotadas as seguintes providências:

I-) Publique-se esta Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - DOMP.

Decorrido o prazo concedido, com ou sem resposta, certifique nos presentes autos e retorne conclusos.

Paranaíba, 13 de Maio de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
Promotor de Justiça dos Direitos Humanos



---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0030/2020/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2020.00000425-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000425-9

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Mario Hellmuth Harder

Assunto: apurar ocorrência de desmatamento de área equivalente a 37.19ha, sem autorização legal, na propriedade rural denominada Fazenda Três Panteras, no município de Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 14 de maio de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**RIBAS DO RIO PARDO**

---

**RECOMENDAÇÃO 0003/2020/01PJ/RRP**

SAJMP nº 09.2020.00000919-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu agente signatário que esta subscreve, no uso de suas atribuições, nos termos dos arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal; arts. 27, § único, inc. IV, da Lei Federal nº 8.625/93; e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994, autorizado a expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, e,

CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de Emergência de Saúde Pública de importância Nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, estabelecendo hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação, a qual, por tratar-se de norma geral de licitação, é aplicável a todos os entes federados;

CONSIDERANDO que no “caput” e § 1º de seu art. 4º, já com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926/2020, a Lei Federal nº 13.979/2020 estabelece hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que, a respeito da regulação pertinente às aquisições pela Administração Pública trazida pela Lei nº 13.979/2020 (com as alterações dadas pela Medida Provisória nº 926/2020), pode-se concluir que:

- incide exclusivamente na aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mostrando-se manifestamente inviável a aquisição, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos com finalidade diversa, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal;

- trata-se de espécie de lei excepcional, que tem sua vigência limitada ao período em que perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de forma que, uma vez cessada a emergência de saúde, que dependerá do contexto fático da unidade federativa que aplicar a norma, inviável se tornará a realização de dispensa de licitação com tal fundamento. A única ressalva a essa regra de temporariedade não diz respeito à hipótese de

incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da novel lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, nos termos do artigo 8º, salvo hipótese de eventual rescisão;

- as informações pertinentes às aquisições realizadas deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e respectivo processo de contratação ou aquisição;

- excepcionalmente, quando houver demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço, será admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso;

- admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido;

- presumem-se atendidas, nas dispensas de licitação objeto da Lei Federal nº 13.979/2020, não havendo, portanto, necessidade de comprovação:

- ocorrência de situação de emergência;

- necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

- existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

- limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

- quando se tratar de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do artigo 3º, II, do Decreto Federal nº 10.024/2019), não será exigida a elaboração de estudos preliminares<sup>10</sup>;

- gerenciamento de riscos somente será exigível durante a fase de gestão do contrato (artigo 4º-D da Lei nº 13.979/2020);

- será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado, com os elementos constantes do artigo 4º-E, §1º, da Lei nº 13.979/2020;

- excepcionalmente e mediante justificativa expressa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços à que alude o artigo 4º-E, inciso VI, da Lei nº 13.979/2020<sup>11</sup>;

- mediante justificativa nos autos, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei nº 13.979/2020 por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços<sup>12</sup>;

- havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);

- a vigência dos contratos limita-se a seis meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública; e

<sup>10</sup> Como se sabe, os estudos técnicos preliminares, em brevíssima síntese, visam justificar a escolha da solução e sua viabilidade a ser futuramente adotada pela Administração Pública diante de outras diversas existentes no mercado. Como o tempo não permite que a Administração Pública nomeie uma equipe de planejamento e faça todos os atos necessários para um estudo técnico preliminar, a Lei nº 13.979/2020 acertadamente ponderou que ele poderá ser dispensado. Como dito alhures, os elementos vida e tempo são imprescindíveis para os resultados diretos e indiretos por cada contratação em tela. Ademais, sendo o estudo técnico preliminar um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, tem-se que as contratações previstas na Lei 13.979/2020, dada a urgência, dispensarão a elaboração de alguns artefatos presentes nas contratações corriqueiras. Tal tratamento já foi dado na Instrução Normativa nº 05/2017, em seu artigo 20, parágrafo segundo, alínea “b”, ao se referir a contratações emergenciais. O próprio Decreto nº 10.024/2019, em seu artigo 8º, I, estabelece a presença do estudo técnico preliminar quando necessário [https://www.zeniteneuws.com.br/legislacao-covid-19/contratacao\\_publica\\_extraordinaria\\_no\\_per%C3%AAdodo\\_do\\_coronavirus\\_19.pdf](https://www.zeniteneuws.com.br/legislacao-covid-19/contratacao_publica_extraordinaria_no_per%C3%AAdodo_do_coronavirus_19.pdf)

<sup>11</sup> 50. Por fim, a recentíssima Medida Provisória nº 926/2020 previu, (art. 4º-E, § 2º), que, 'Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços'. Tal dispositivo deve ser visto com extrema cautela pelo gestor e, se usado, deve restar demonstrada e atestada a excepcionalidade, bem como que foram esgotadas todas as tentativas que estão ao seu alcance. 51. Este subscritor não tem conhecimento técnico para análise dos preços, cabe exclusivamente à área um juízo meritório quanto aos preços encontrados para verificar aquele que melhor reflete valores exequíveis e factíveis para a Administração. Os aspectos técnicos da contratação, as razões de escolha do fornecedor e o preço, as questões de preços são de exclusiva atribuição da área conhecedora do objeto, cabendo ao assessoramento jurídico apenas observar a presença nos autos com o mínimo de razoabilidade. 52. É indispensável, entretanto, que a área técnica instrua os autos com as tentativas de obtenção de outros preços, dentro do possível. 53. 'Destarte, deverá constar dos autos da licitação dispensada a justificativa do preço, com base em prévia pesquisa de mercado, de modo que a Administração declare a razoabilidade dos preços que, se presente, autoriza a contratação. É preciso que se compreenda, definitivamente, que o fato de se tratar de uma situação de emergência, ainda que de saúde pública mundial, não deixa a sociedade (que necessita dos bens para proteção de vidas) refém de comportamentos eventualmente abusivos do mercado. Não raras vezes a Administração Pública depara-se com a prática de empresas que, aproveitando-se dos bens em jogo na situação de emergência (vida humana e saúde dos cidadãos), pratica preços excessivos, em comportamento enquadrável até mesmo em crime contra a economia popular, sentindo-se o gestor sem saída dos preços cobrados em face da necessidade pública premente'. (Consulta n.º 16.198/2020, CSC/SEPLAG)

<sup>12</sup> Considera-se instrumento hábil para os exames dos preços contratados (para investigar sobrepreço ou confirmar o preço justo) a apresentação dos comprovantes de custos que empresa assumiu para executar o objeto (notas fiscais dos insumos, contratação de fretes, tributação, etc...). Mesmo que o preço final se mostre acima dos praticados nos últimos meses pelo mercado especializado, estará resguardado o gestor se naquela contratação houver comprovação de que o fornecedor não se aproveitou da situação calamitosa para praticar preços exorbitantes e causar dano ao erário em benefício próprio. Nesses casos, mesmo diante de clara evidência de prática de sobrepreço, se não houver alternativa ao fornecimento apresentado, a efetivação da contratação nas condições propostas pelo fornecedor será impositiva para que não haja prejuízo maior – de comprometimento de vidas humanas –, não havendo que se falar em responsabilização por esta conduta diante dos órgãos de controle. Recomenda-se, depois de consumada a contratação, que o gestor nessa situação certifique que está sendo vítima de abuso e que não dispõe de alternativa melhor, competindo-lhe representar os fatos ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para adoção de providências. [https://tceor.br/wp-content/uploads/2020/03/NOTA\\_TECNICA\\_23.03.2020\\_9h37min.pdf](https://tceor.br/wp-content/uploads/2020/03/NOTA_TECNICA_23.03.2020_9h37min.pdf)

• admite-se previsão de que os contratados se obriguem a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

CONSIDERANDO que por meio do quadro abaixo, elaborado a partir do Manual de Compras Diretas do Tribunal de Contas da União<sup>13</sup>, é possível uma visão geral e comparativa entre os comandos da Lei nº 8.666/93 e aqueles da Lei nº 13.979/2020:

LEI N.º 8.666/1993	LEI Nº 13.979/2020
Art. 24. É dispensável a licitação: [...] IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;	Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.
A publicação dos atos deve obedecer às regras previstas nos artigos 26 e 61, p. único, da Lei nº 8.666/1993	Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. (Art.4º, § 2º)
Diante das condicionantes, e considerando seu conteúdo altamente casuístico, fica realçada a importância da motivação dos atos do gestor na correta aplicação da dispensa de licitação por emergência. Dessa forma, além da descrição detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam o tratamento da contratação como emergência, é necessário apresentar documentos que caracterizem a situação.	Presumem-se atendidas as condições de: I - ocorrência de situação de emergência; II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Art. 4º-B)
É necessária, para a execução de obras e para a prestação de serviços, no que couber, a realização de estudos preliminares. (Art. 7º, § 9º).	Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Art. 4º-C)
Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica. Na verdade, o processo de compra direta muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação. A sua importância está assim definida na Lei de Licitações, nos artigos 7º, § 9º e 15, § 7º.	Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado (Art. 4º-E).
Nas compras deverão ser observadas: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca; II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação; III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material. (Art. 15, § 7º).	Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos, o termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: I- declaração do objeto; II- fundamentação simplificada da contratação; III- descrição resumida da solução apresentada; IV- requisitos da contratação; V - critérios de medição e pagamento; VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada;

<sup>13</sup> Manual de Compras Diretas do TCU <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D71A8CEA96335>

	c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; VII - adequação orçamentária. (Art. 4º-E, §1º)
Constitui crime, com punição de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo. (art. 97)	Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Art.4º, § 3º)
	A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Art. 4º-A)
O setor responsável pelo termo de referência deve realizar ampla pesquisa de preços, de forma detalhada, considerando, inclusive, preços praticados em outros entes da Administração. Essa estimativa constituirá o principal critério para escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. Adota-se, no TCU, o mínimo de 3 (três) propostas para que a estimativa seja considerada válida. Dessas, admite-se a utilização de propostas de preços obtidas em lojas virtuais na Internet, bem como propostas obtidas por consulta pessoal à loja física ou por telefone.	Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Art. 4º-E, § 2º) Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Art. 4º-E, § 3º)
A administração consultará a documentação referente à regularidade fiscal do fornecedor, convocando, se for o caso, outros fornecedores, na ordem de classificação, até que o fornecedor convocado esteja com suas obrigações fiscais regulares.	Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Art. 4º-F)
A jurisprudência reiterada do TCU proíbe a prorrogação das contratações emergenciais. Na hipótese em que, mesmo celebrado o contrato emergencial, seu período de vigência não for suficiente para realização de nova licitação, cabe ao gestor a celebração de novo contrato emergencial	Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Art. 4º-H)
De acordo com o artigo 65, § 1º o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.	Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Art. 4º-I)
O art. 11, inciso XVIII, do Decreto nº 3.555/2000 dispõe que o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo. Já no pregão eletrônico, o artigo 45 do Decreto 10.024/2019 determina que a adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório ocorrerá após decisão dos recursos.	Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo (art. 4º-G, §2º)
Nas situações de contratações de elevado valor (superior a 100 vezes o limite previsto no art. 23, I, “c” da lei) será necessária a realização de audiência pública prévia (art. 39 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/2002)	Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput (art. 4º-G, §3º)

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme assentado no art. 26, incs. II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais. Na verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno no

acompanhamento, fiscalização e no auxílio aos órgãos públicos para a implementação das diretrizes impostas pelas circunstâncias (emergência sanitária), em especial no que diz respeito à necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020, com a recomendação e o aval do Ministério Público para que o controle interno adote estratégias urgentes de atuação em matéria de contratações públicas calamitosas e emergenciais e, portanto, sem licitação, assegurando que somente ocorram desde que efetivamente se enquadrem nas especiais hipóteses legais;

CONSIDERANDO que razão das regras instituídas pela Lei nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amíúde acompanhadas pelos sistemas de controle interno dos Municípios, devendo o controlador interno adotar todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às hipóteses de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que, em atenção ao princípio republicano, e à necessidade de salvaguardar os fins que legitimam a atuação do Poder Público, o legislador constituinte preconizou a todo ente federado, inclusive aos Municípios, submetam seus atos de gestão aos sistemas de controle interno (art. 31 da Constituição Federal), cujas atribuições foram desde logo fixadas pela própria Carta Política, dentre as quais, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do próprio ente político e dos órgãos e entidades da Administração a ele vinculados (arts. 70 e 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que as unidades de controle interno de cada um dos Poderes e órgãos do ente federado devem atuar de forma coordenada, inseridas em sistema dotado, nos termos da Constituição Federal, de atribuições mínimas relacionadas à avaliação do “cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”; à comprovação da legalidade e avaliação dos “resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de direito privado”; e ao exercício do “controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União” (art. 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o legislador constituinte prevê, ainda, entre as funções precípua do sistema de controle interno, o apoio aos órgãos de “controle externo no exercício de sua missão institucional” (art. 74, inc. IV, da Constituição Federal), decorrendo da atuação eficiente das instâncias administrativas de controle interno a otimização do desempenho das funções constitucionais de órgãos de controle externo da Administração Pública, como os Tribunais de Contas do Estado e da União, assim como o próprio papel do Ministério Público e do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a normativa constitucional referente às atribuições dos órgãos de controle interno é refletida em diversos dispositivos infraconstitucionais que estabelecem relevantes funções para esta instância de controle, como os arts. 75 e segs., da Lei nº 4.320/64; arts. 6º, 13 e 14, do Decreto-Lei nº 200/67; arts. 1ª, 54 e 59, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e Lei do Marco regulatório do 3º Setor (Lei nº 13.019/2014), que atribuem aos órgãos de controle interno a tarefa de assegurar o cumprimento da lei e a gestão dos serviços de acesso à informação pública; conduzir processos administrativos de responsabilização de empresas envolvidas na prática de atos lesivos contra a Administração; e de fiscalizar as transferências voluntárias de recursos públicos às organizações de sociedade civil, respectivamente;

CONSIDERANDO que cabe ao sistema de controle interno alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que adote, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos e fatos inquinados de ilegalidade, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em dano ou prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quanto não forem prestadas as contas ou, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

CONSIDERANDO que a relevância do controle interno na detecção e correção de irregularidades administrativas, no aprimoramento da gestão pública, no recebimento de reclamações ofertadas por cidadãos e na promoção da transferência e do controle social, atividades todas que concorrem, de forma decisiva, para prevenção de ilícitos mais graves, como atos de corrupção e improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, bem como fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, “caput”, e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

CONSIDERANDO a necessidade de haver fiscalização dos atos da Administração Pública em todas as esferas, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que pertine às contratações levadas e efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020;

RESOLVE, tendo em vista, portanto, que a contratação direta permanece sendo exceção e a realização de licitação a regra, mesmo que durante o período de calamidade pública de saúde decretada em razão da COVID-19, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994, ao SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Ribas do Rio Pardo:

1) Verifique a formalização de processos de dispensa licitatória e/ou celebração ou execução de contratações diretas atestadas como emergenciais ou de calamidade pública em situações que não se enquadrem na Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde e na Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

2) Verifique a contratação diretamente por dispensa de licitação na situação de emergência ou calamidade pública declarada, que tenha se dado sem que instaurado, instruído e finalizado procedimento administrativo que contenha todos os requisitos e pressupostos formais e materiais, de existência e de validade, tal como descritos nos termos desta recomendação e fundados na Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

3) Verifique se as contratações diretas (seja por dispensa seja por inexigibilidade) levadas e efeito em razão da situação de emergência ou calamidade pública declarada, estabelecem, de maneira clara e objetiva, o seu fundamento- se no art. 24, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/93 ou se no art. 4º e seguintes da Lei nº 13.979/20;

4) Verifique a existência de contratação por dispensa de licitação, pautada na emergência ou calamidade pública declarada, que não cumpra as condicionantes do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, principalmente e sem prejuízo às disposições da Lei nº 8.666/93, observado o seguinte:

- que o objeto licitado se refira tão somente aos bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- que a exigência de elaboração de estudos preliminares só seja dispensada quando se tratar de bens e serviços comuns;
- que, quando adotado o termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado, atenda-se ao art. 4º, §1º, da Lei 13.979/20;
- que a dispensa de estimativa de preços só seja dispensada de maneira excepcional, mediante justificativa da autoridade competente;
- que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação – ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição – só ocorra de forma excepcional, na hipótese de haver restrições de fornecedores ou prestadores de serviço, mediante justificativa da autoridade competente;
- que seja respeitado o prazo máximo de duração dos contratos de 06 (seis) meses ou apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, o que ocorrer primeiro;

5) Verifique se foram declarados nulos pelo gestor público, depois de declarada a situação de emergência ou calamidade, processos de dispensa licitatória que contrariem os requisitos do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, art. 24, inc. IV e art. 26, “caput” e § único da Lei nº 8.666/93, quando aplicáveis, e demais dispositivos do mesmo diploma;

6) Verifique a elaboração, pelo Município, do plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93;

7) Verifique se estão sendo publicadas em sítio eletrônico específico no Portal da Transparência do Município todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, em razão da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, declarada, conforme determina o art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020.

Para a execução das medidas de acompanhamento e fiscalização e no auxílio aos órgãos públicos para a implementação das diretrizes impostas pelas circunstâncias de emergência sanitária, em especial no que diz respeito à necessidade de observância, pelo Município, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020, deverá o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Ribas do Rio Pardo adotar todas as medidas necessárias, procedendo conforme suas atribuições, levando ao conhecimento da autoridade administrativa as inconformidades de que tiver conhecimento,



para adoção de providências, bem como representar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público quando a autoridade administrativa não as adotar para atuação corretiva.

Nos termos do art. 8º, inc. IV e § 5º da LC nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c art. 80 da Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público -, deverão ser encaminhadas, no e-mail institucional [caopjpps@mpms.mp.br](mailto:caopjpps@mpms.mp.br), a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, sobretudo os relatórios e notificações de inconformidades não sanadas pela autoridade administrativa competente.

Findo o período de emergência sanitária no âmbito do Município, deverá o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO enviar ao Ministério Público relatório circunstanciado das atividades de acompanhamento e fiscalização das medidas adotadas à garantia da lisura dos processos de contratação e execução dos correlatos contratos relacionados ao enfrentamento do COVID -19.

Cópia desta recomendação deverá ser enviada ao Prefeito Municipal, para conhecimento das medidas aqui adotadas, bem como para que disponibilize ao controlador interno condições adequadas ao desempenho de suas funções, garantindo-lhe acesso irrestrito a todas as informações, sistemas, bancos de dados e registros, permitindo, assim, a participação da controladoria interna no acompanhamento integral das despesas executadas a propósito da situação de emergência sanitária vivenciada.

Cumpra-se.

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 12 de maio de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR  
Promotor de Justiça

## RECOMENDAÇÃO 0004/2020/01PJ/RRP

SAJMP nº 09.2020.00000919-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça que esta subscreve, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de emergência de saúde pública de importância nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, acabando por instituir um regime especial de contratação pública, para vigor durante todo o período de pandemia;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme o art. 26, incs. II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais, podendo-se dizer que, na verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;



CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno, especialmente elencada no Sistema Administrativo de Compras, Licitações e Contratos, que tem por objetivo mitigar o risco de não execução dos contratos administrativos, ou de execução em desconformidade com as especificações e condições do contrato;

CONSIDERANDO que razão das regras instituídas pela Lei Federal nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amiúde acompanhadas pelos fiscais de contrato, adotando todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às contratações públicas destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal aborda a necessidade de fiscalização contratual de maneira implícita, quando, em seu art. 37, inc. XXI, obriga a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, a contratar obras, serviços, compras e alienações por meio de processo licitatório, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.666/93, regulamentando o art. 37, inc. XXI, da CF/88, dispõe sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, exigindo por meio do art. 67, que: “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.979/2020, em seu art. 4º-D, evidencia a necessidade de que os contratos administrativos que o tenham como base sejam objeto de fiscalização e gestão pelos agentes públicos especialmente designados pela Administração, nos termos do poder-dever constante do art. 58, inc. III, da Lei nº 8.666/93 e na forma do art. 67 e seguintes, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que, ademais, além do dever de gestão e fiscalização impostos aos agentes públicos designados para desempenhar a tarefa de fiscalização e gestão dos contratos, a Lei 13.979/2020, com vistas a viabilizar o controle social e otimizar o trabalho dos órgãos de fiscalização e controle, preconiza que as contratações sejam transparentes, recebam adequada publicidade e estejam acessíveis nos respectivos portais, conforme preceitua o art. 4, § 2º;

CONSIDERANDO que, neste sentido, o gestor deve formalmente designar um fiscal para que realize a verificação da correta execução do contrato, nos termos mandamentais do art. 67 da Lei 8.666/93, não cabendo ao gestor à decisão de nomear ou não um fiscal conforme sua conveniência, pois ele está obrigado a fazê-lo (Nesse sentido: TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário);

CONSIDERANDO que a jurisprudência do TCE/MS entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos<sup>14</sup>;

CONSIDERANDO que na designação de fiscal de contratos administrativos, a autoridade competente deve ter o cuidado de escolher servidores probos e que detenham capacidade técnica suficiente para verificar o efetivo cumprimento do objeto pactuado, sendo que a inobservância desses pressupostos poderá ensejar a responsabilização do designante, por culpa in eligendo e/ou culpa in vigilando, quando a ausência ou deficiência da fiscalização dos contratos acarretarem danos ao erário;

CONSIDERANDO que, portanto, a fiscalização dos contratos administrativos esta ligada especial e principalmente a eficiência desejada para a Administração Pública, estando inserida no bojo das atribuições do Sistema de Controle Interno dos órgãos/entidades da Administração, contribuindo fortemente para evitar a malversação e o desperdício de recursos públicos, além de identificar erros, evitar fraudes e preservar a integridade patrimonial do Estado;

CONSIDERANDO que a efetiva e eficiente fiscalização dos contratos administrativos possibilita a garantia do bom emprego das verbas públicas, contribuindo para o alcance dos princípios da economicidade e da eficiência esperados da Administração;

<sup>14</sup> Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, julgado em 19.11.2019

RESOLVE, tendo em vista a necessidade de fiscalização dos atos da Administração Pública, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que pertine às contratações levadas a efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, art. 61, inc. X, da LC Estadual nº 72/1994, o quanto segue especificado:

Ao Prefeito do Município de Ribas do Rio Pardo:

a) DESIGNE fiscais para todos os contratos assinados pelo Município que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, devendo a nomeação recair dentre servidores públicos que detenham capacidade e conhecimento técnico na matéria do contrato, fornecendo todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções;

b) PUBLIQUE o ato designatório do fiscal no local de praxe na Administração Municipal, cientificando o servidor acerca de sua nomeação, mas também veicule o ato no Portal da Transparência do Município, identificando, para cada contrato administrativo, o seu respectivo fiscal;

c) INFORME, também mediante publicação no Portal da Transparência e no mural do Município, o contato telefônico e por e-mail do fiscal responsável, para que a população possa encaminhar queixas e reclamações diretamente ao fiscal de contratos, facilitando assim o controle social;

d) VELE, em caso de delegação da atribuição de indicar o fiscal do contrato para os Secretários das pastas temáticas, para que os Secretários observem, em relação aos fiscais nomeados, as providências acima expostas;

e) GARANTA, ao fiscal do contrato, conhecimento prévio e possibilidade de participação desde os primórdios do processo de contratação, quando da análise da viabilidade da licitação ou sua dispensa ou da feitura de edital, para que o fiscal possa compartilhar com os demais servidores envolvidos sua experiência pretérita na fiscalização de contratos (TCU, Acórdão 3016/2015);

f) ESTABELEÇA, mediante ato normativo adequado, fluxos e rotinas de comunicação entre o fiscal do contrato, o responsável pelo órgão municipal de controle interno, o Secretário da pasta relacionada ao contrato e o Prefeito Municipal, observando, ainda, que as notícias de problemas ou irregularidades na execução do contrato dirigidas pelo fiscal às autoridades superiores devem ser formalizadas em documento formal, escrito, datado e assinado;

g) PROCEDA à juntada de toda documentação que sustenta a atestação aos autos do processo de fiscalização e pagamento do contrato, junto à nota fiscal/fatura, para que possa ser autorizado o pagamento com segurança, evitando-se a utilização de simples carimbos ou fórmulas padronizadas e/ou pré-prontas de atestação, impondo-se que o fiscal atue concretamente para verificar se o serviço prestado ou os produtos entregues para Administração conferem com as previsões do contrato;

h) ESTRUTURE e PRESERVE os registros das comunicações recebidas do fiscal, relacionando-as com cada um dos contratos firmados pela Administração e, quando for o caso, com a instauração de procedimento administrativo formal destinado a averiguar o inadimplemento da contratada;

Ao (s) Fiscal (is) de Contratos do Município de Ribas do Rio Pardo:

a) VERIFIQUE se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de contrato e seus Anexos;

b) VERIFIQUE se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

c) VERIFIQUE se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

d) VERIFIQUE a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

e) RECUSE serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

f) COMUNIQUE por escrito ao gestor qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo;

g) RECEBA todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

h) DÊ CIÊNCIA ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

i) RECEBA e CONFIRA a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

j) CONFRONTE os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

k) COMUNIQUE imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

l) RECEBA provisoriamente o objeto do contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

Fica estabelecido o prazo de 03 (três) dias úteis para que seja informado pelo Prefeito Municipal e pelo Fiscal de Contratos ao Ministério Público o acatamento ou não da recomendação e as providências adotadas, esclarecendo, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos tomados, prazos, órgãos e agentes responsáveis, bem como demais informações pertinentes.

Ressalte-se que, a partir da data de entrega da presente recomendação, o Ministério Público considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua eventual omissão.

Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Dê-se ciência da presente recomendação ao Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Interna do Município.

Encaminhem-se cópia desta recomendação para que fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 12 de maio de 2020.

GEORGE ZAROUR CEZAR  
Promotor de Justiça

---

**TERENOS**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2020/PJ/TRN**

Autos n. 09.2020.00001051-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CAODH - CAO Direitos Humanos

Requerido: Departamento de Saúde do Município de Terenos/MS

**RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2020/PJ/TRN**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que em resposta à grave situação epidemiológica instalada no país, a propósito da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, e da declaração pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS nº 188, publicada em 03 de fevereiro de 2020, de estado de emergência de saúde pública de importância nacional, valendo da competência legislativa privativa para editar normas gerais de licitação e contratos, a União editou a Lei Federal nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, acabando por instituir um regime especial de contratação pública, para vigor durante todo o período de pandemia;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme o art. 26, incs. II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais, podendo-se dizer que, na verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno, especialmente elencada no Sistema Administrativo de Compras, Licitações e Contratos, que tem por objetivo mitigar o risco de não execução dos contratos administrativos, ou de execução em desconformidade com as especificações e condições do contrato;

CONSIDERANDO que razão das regras instituídas pela Lei Federal nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amíúde acompanhadas pelos fiscais de contrato, adotando todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às contratações públicas destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal aborda a necessidade de fiscalização contratual de maneira implícita, quando, em seu art. 37, inc. XXI, obriga a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, a contratar obras, serviços, compras e alienações por meio de processo licitatório, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.666/93, regulamentando o art. 37, inc. XXI, da CF/88, dispõe sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, exigindo por meio do art. 67, que: “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.979/2020, em seu art. 4º-D, evidencia a necessidade de que os contratos administrativos que o tenham como base sejam objeto de fiscalização e gestão pelos agentes públicos especialmente designados pela Administração, nos termos do poder-dever constante do art. 58, inc. III, da Lei nº 8.666/93 e na forma do art. 67 e seguintes, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que, ademais, além do dever de gestão e fiscalização impostos aos agentes públicos

designados para desempenhar a tarefa de fiscalização e gestão dos contratos, a Lei 13.979/2020, com vistas a viabilizar o controle social e otimizar o trabalho dos órgãos de fiscalização e controle, preconiza que as contratações sejam transparentes, recebam adequada publicidade e estejam acessíveis nos respectivos portais, conforme preceitua o art. 4, § 2º;

CONSIDERANDO que, neste sentido, o gestor deve formalmente designar um fiscal para que realize a verificação da correta execução do contrato, nos termos mandamentais do art. 67 da Lei. 8.666/93, não cabendo ao gestor à decisão de nomear ou não um fiscal conforme sua conveniência, pois ele está obrigado a fazê-lo (Nesse sentido: TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário);

CONSIDERANDO que a jurisprudência do TCE/MS entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos<sup>15</sup>;

CONSIDERANDO que na designação de fiscal de contratos administrativos, a autoridade competente deve ter o cuidado de escolher servidores probos e que detenham capacidade técnica suficiente para verificar o efetivo cumprimento do objeto pactuado, sendo que a inobservância desses pressupostos poderá ensejar a responsabilização do designante, por culpa in eligendo e/ou culpa in vigilando, quando a ausência ou deficiência da fiscalização dos contratos acarretarem danos ao erário;

CONSIDERANDO que, portanto, a fiscalização dos contratos administrativos esta ligada especial e principalmente a eficiência desejada para a Administração Pública, estando inserida no bojo das atribuições do Sistema de Controle Interno dos órgãos/entidades da Administração, contribuindo fortemente para evitar a malversação e o desperdício de recursos públicos, além de identificar erros, evitar fraudes e preservar a integridade patrimonial do Estado;

CONSIDERANDO que a efetiva e eficiente fiscalização dos contratos administrativos possibilita a garantia do bom emprego das verbas públicas, contribuindo para o alcance dos princípios da economicidade e da eficiência esperados da Administração;

RESOLVE, tendo em vista a necessidade de fiscalização dos atos da Administração Pública, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que se refere às contratações levadas a efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, art. 61, inc. X, da LC Estadual nº 72/1994, o quanto segue especificado:

Ao Prefeito do Município de Terenos/MS:

a) DESIGNE fiscais para todos os contratos assinados pelo Município que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, devendo a nomeação recair dentre servidores públicos que detenham capacidade e conhecimento técnico na matéria do contrato, fornecendo todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções;

b) PUBLIQUE o ato designatório do fiscal no local de praxe na Administração Municipal, cientificando o servidor acerca de sua nomeação, mas também veicule o ato no Portal da Transparência do Município, identificando, para cada contrato administrativo, o seu respectivo fiscal;

c) INFORME, também mediante publicação no Portal da Transparência e no mural do Município, o contato telefônico e por e-mail do fiscal responsável, para que a população possa encaminhar queixas e reclamações diretamente ao fiscal de contratos, facilitando assim o controle social;

d) VELE, em caso de delegação da atribuição de indicar o fiscal do contrato para os Diretores das pastas temáticas, para que os Diretores observem, em relação aos fiscais nomeados, as providências acima expostas;

e) GARANTA, ao fiscal do contrato, conhecimento prévio e possibilidade de participação desde os primórdios do processo de contratação, quando da análise da viabilidade da licitação ou sua dispensa ou da feitura de edital, para que o fiscal possa compartilhar com os demais servidores envolvidos sua experiência pretérita na fiscalização de contratos

<sup>15</sup> Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, julgado em 19.11.2019

(TCU, Acórdão 3016/2015);

f) ESTABELEÇA, mediante ato normativo adequado, fluxos e rotinas de comunicação entre o fiscal do contrato, o responsável pelo órgão municipal de controle interno, o Diretor da pasta relacionada ao contrato e o Prefeito Municipal, observando, ainda, que as notícias de problemas ou irregularidades na execução do contrato dirigidas pelo fiscal às autoridades superiores devem ser formalizadas em documento formal, escrito, datado e assinado;

g) PROCEDA à juntada de toda documentação que sustenta a atestação aos autos do processo de fiscalização e pagamento do contrato, junto à nota fiscal/fatura, para que possa ser autorizado o pagamento com segurança, evitando-se a utilização de simples carimbos ou fórmulas padronizadas e/ou pré-prontas de atestação, impondo-se que o fiscal atue concretamente para verificar se o serviço prestado ou os produtos entregues para Administração conferem com as previsões do contrato;

h) ESTRUTURE e PRESERVE os registros das comunicações recebidas do fiscal, relacionando-as com cada um dos contratos firmados pela Administração e, quando for o caso, com a instauração de procedimento administrativo formal destinado a averiguar o inadimplemento da contratada;

Ao (s) Fiscal (is) de Contratos do Município de Terenos/MS:

a) VERIFIQUE se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de contrato e seus Anexos;

b) VERIFIQUE se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de imperfeições detectadas;

c) VERIFIQUE se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

d) VERIFIQUE a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, pela formalização da atestação;

e) RECUSE serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de contrato e seus Anexos;

f) COMUNIQUE por escrito ao gestor qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo;

g) RECEBA todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

h) DÊ CIÊNCIA ao gestor, com antecedência razoável, da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

i) RECEBA e CONFIRA a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

j) CONFRONTE os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

k) COMUNIQUE imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

l) RECEBA provisoriamente o objeto do contrato, quando for o caso, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

Fica estabelecido o prazo de 15 dias úteis para que seja informado pelo Prefeito Municipal e pelo Fiscal de Contratos ao Ministério Público o acatamento ou não da recomendação e as providências adotadas, esclarecendo, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos tomados, prazos, órgãos e agentes responsáveis, bem como demais informações pertinentes.

Ressalte-se que, a partir da data de entrega da presente recomendação, o Ministério Público considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua eventual omissão.

Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Dê-se ciência da presente recomendação ao Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Interna do Município.

Encaminhem-se cópia desta recomendação para que fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Terenos/MS, 11 de maio de 2020

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES  
Promotor de Justiça

---

#### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

#### GLÓRIA DE DOURADOS

---

#### EDITAL N: 0014/2020/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00000843-3

Noticiante: Anônimo

Interessado: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa consistente em irregularidade no cumprimento de carga horária de trabalho por servidor do Município de Glória de Dourados/MS.

Glória de Dourados/MS, 14 de maio de 2020

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS  
Promotor de Justiça



**EDITAL N: 0015/2020/PJ/GDS**

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00000625-7

Requerente: Anônimo

Requerido: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Clínica Médica Novak Miranda Eireli – ME, realizada pelo Município de Glória de Dourados/MS, por meio do processo administrativo nº 67/2019, modalidade pregão presencial nº 22/2019, para contratação de prestação de serviços médicos, sobreavisos e transferências de pacientes em estado crítico".

Glória de Dourados/MS, 15 de maio de 2020

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

---

**SETE QUEDAS**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001673-3**

Área de Atuação: Direitos Humanos e Cidadania

Requerente: Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça de Sete Quedas

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Paranhos

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde do Município de Paranhos, para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.

Nível de sigilo: PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Saúde Pública Comarca de Sete Quedas, no uso das atribuições legais e constitucionais e,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e *demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil*;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, notadamente, *a execução dos serviços públicos de saúde e as execuções das atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de assistência terapêutica e farmacêutica* conforme disposições constantes da Resolução-PGJ n. 018/2010, de 09/09/2010, podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a Declaração de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII)* pela Organização Mundial da Saúde em 30/01/2020, em virtude do surto do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, pela qual o Ministério da Saúde declarou a situação de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN)*, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), haja vista que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública; bem como exige *resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas da gestão do SUS*;

CONSIDERANDO que, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 07/02/2020, existem 08 (oito) casos suspeitos no Brasil (sendo que alguns em Estados vizinhos ao Mato Grosso do Sul) atualmente acompanhados, e nenhum confirmado até referida atualização;

CONSIDERANDO que, para o enfrentamento da situação de emergência Mundial e Nacional, o Ministério da Saúde estabeleceu o "*Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-nCOV)*" como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional; competindo-lhe, dentre outros, "*planejar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministério da Saúde*", e bem assim, "*articular-se com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS*";

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.979/2020 determina ser "*obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo coronavírus, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação*"; estendendo-se "*às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária*";

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com as orientações para serviços de saúde acerca das medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (2019- nCoV); estabelecendo ainda, que "*todos os serviços de saúde devem designar pessoas específicas que ficarão responsáveis pela comunicação e colaboração com as autoridades de saúde pública*";

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA Nº 08/2020/SEI/GIMTV/GGPAF/DIRE5/ANVISA, de 1º/02/2020, que dispõe sobre as medidas sanitárias a serem adotadas em pontos de entrada, tais como portos e aeroportos, frente aos casos do novo coronavírus (nCoV-2019);

CONSIDERANDO que, por meio da Resolução n. 02/SES/MS publicada no dia 31/01/2020, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) instituiu o "*CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (COE/MS) EM MATO GROSSO DO SUL referente ao Novo Coronavírus (nCoV-2019)*", com o objetivo de auxiliar na definição de diretrizes estaduais para vigilância, prevenção e controle, bem como o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelas pela Secretaria de Estado de Saúde e *instituições envolvidas*;

CONSIDERANDO que, conforme a Resolução, esse Centro de Operações de Emergência (COE/MS) é responsável por elaborar os fluxogramas de responsabilidades e atividades necessárias para desencadear a resposta ao nCoV; além de *coordenar e executar as ações da saúde no âmbito estadual junto aos demais grupos/comissões/comitês/câmaras que atuam em situação emergencial relacionados ao nCoV*; e "*será composto por membros da Secretaria de Estado de Saúde (SES), envolvidos em eventos de importância nacional, estadual e/ou municipal na emergência do NOVO CORONAVÍRUS (nCoV)*";

CONSIDERANDO que, conforme orientações no portal oficial do Ministério da Saúde, "*os casos graves devem*

*ser encaminhados a um Hospital de Referência definido pelo Estado para isolamento e tratamento", enquanto que "os casos leves devem ser acompanhados pela Atenção Primária em Saúde (APS) e instituídas medidas de precaução domiciliar"<sup>16</sup>;*

CONSIDERANDO que, conforme *mapa interativo*<sup>17</sup> do portal do Ministério da Saúde, no âmbito de Mato Grosso do Sul, o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/HUMAP é o hospital de referência estadual para o atendimento de eventuais casos graves do novo coronavírus, com tratamento e isolamento do paciente;

CONSIDERANDO que, diante do exposto, impõe-se a esta Promotoria de Justiça o acompanhamento das fiscalizações e demais medidas administrativas deflagradas pela Gestão Estadual de Saúde e Gestão Municipal de Saúde para resposta à situação de risco à saúde pública;

INSTAURO o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO tendo como:

REQUERENTE: Ministério Público Estadual/Promotoria de Justiça de Sete Quedas.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde de Paranhos/MS.

OBJETO: *Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Paranhos, para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.*

Para tanto, nos termos da Resolução nº 015/2007-PGJ, nomeio para secretariar os trabalhos a servidora, Técnico II, Luciana Serraglio Baruffi, independentemente de compromisso, determino o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Registre e autue o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem, transladando-os conforme despacho de fls. 246/247 do PA 09.2020.00001149-3;

II) Encaminhe, *COM URGÊNCIA*, a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

III) Deixa de encaminhar cópia da Portaria para conhecimento acerca da instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001673-3, instaurado nesta Promotoria de Justiça da Saúde Pública, visto que já foi feita a comunicação no PA 09.2020.00001149-3, o qual translada-se a cópia do documento;

IV) Bem como, deixa de encaminhar os ofícios solicitando as informações acerca das medidas adotadas pela Rede Municipal de Saúde e outras Secretarias Municipais de Paranhos quanto a vigilância, prevenção e controle relacionados ao novo Coronavírus (nCov 2019), visto que já foram feitas as solicitações no PA 09.2020.00001149-3, os quais transladam-se as cópias dos documentos;

V) Após cumpridos os itens retro, retorne os autos imediatamente conclusos para análise e ulterior deliberação.

Cumpra-se.

Sete Quedas/MS, 12 de maio de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça

<sup>16</sup> <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>

<sup>17</sup> <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46257-mapa-hospitais-referencia-novo-coronavirus>